

700 mil bancários em luta

GREVE NACIONAL ENFRENTA GANÂNCIA DOS BANQUEIROS

greve em todo o país, os incômodos lucros dos bancos Pág. 7



Foto: César Diniz

EDITORIAL

Uma greve justa

A greve nacional dos bancários destacou-se pela adesão maciça da categoria na sua deflagração. Isto reflete que a pauta de reivindicações corresponde a um anseio generalizado. Nestes 21 anos passados sob a ditadura militar os bancos foram, sem a menor sombra de dúvida, os grandes privilegiados. Enquanto os trabalhadores destes estabelecimentos foram dos que mais perderam com a política de arrocho salarial. Nada mais justo portanto que, nas condições da Nova República, os bancários lutarem para recuperar o que lhes foi subtraído e alcançar um salário digno.

O governo encontra-se numa situação delicada. Sofre uma violenta pressão dos banqueiros - setor tradicionalmente reacionário, sempre avesso aos movimentos trabalhistas, que ocupa posições-chave no aparelho estatal. A tal ponto vai a arrogância destes capitalistas que declaram-se revoltados com o fato da polícia não usar a força bruta para coagir os grevistas. Estão acostumados com a prática dos generais de prender e arrebentar para dobrar qualquer oposição aos padrões.

Por outro lado, a equipe do presidente Sarney está sob os olhares atentos da imensa maioria dos brasileiros - e no caso específico dos bancários, de todo o Brasil - que esperam atitudes democráticas e iniciativas concretas no sentido das mudanças. A melhoria dos salários e a não utilização da antiga legislação anti-greve, reconhecidamente superada e em desacordo com a democracia, assim como retirar o SNI desta área, são questões elementares para escamotear estas transformações.

O ministro Dilson Funaro reconheceu a justiça das reivindicações. Mas argumenta que a reposição dos salários não pode ser em tempo muito curto. É um ponto de vista razoável, em tese. Entretanto, os bancários não exigem nada absurdo. Pedir que os 25% de abono, concedidos em

julho e agosto a título de reposição de perdas, sejam incorporados no salário, é uma proposta de recuperação gradual até bastante sensata.

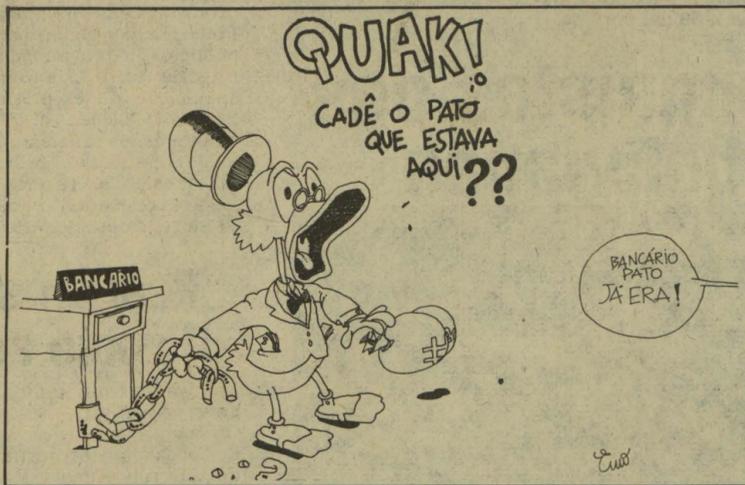
A dificuldade, da parte dos banqueiros, é que não aceitam mexer em nenhum centavo de seus lucros bilionários. E o governo sente-se impensado para ter recursos suficientes para pagar os compromissos da dívida externa, desta vez com os banqueiros internacionais.

Por que os trabalhadores brasileiros teriam que "esperar", com salários de fome, enquanto os magnatas das finanças - do Brasil e do exterior - recebem pontualmente lucros fabulosos? Não seria mais patriótico dizer a eles que aguardem, pois o compromisso de não pagar a dívida com a fome do povo precisa ser cumprido? É inevitável portanto que se insista na necessidade de mudar a orientação econômica. O país não agüenta pagar juros extorsivos. Os trabalhadores não podem suportar as consequências da agiotagem estrangeira, nem sustentar a ganância dos banqueiros brasileiros.

Os preços sobem todo o dia. Mas os salários só têm reajuste de seis em seis meses. Ouve-se logo uma gritaria quando os trabalhadores falam em trimestral. E apela-se para a velha e mentirosa desculpa de que os reajustes a cada três meses impulsionam a inflação.

Os bancários discutiram durante meses a sua pauta de reivindicações, com reuniões em todos os Estados. Os banqueiros sempre resistem a qualquer acordo e procuram colocar o governo - e a polícia sobretudo - em ação para coibir as lutas reivindicatórias.

Diante deste quadro, a greve é um recurso necessário e oportuno. É um direito básico no regime democrático. Espera-se que o governo assegure a liberdade e use o bom senso para ouvir os bancários. Destes últimos, espera-se unidade e firmeza, sem presunção, para vencer.



Bradesco atua também na grilagem de terras

Cem famílias de posseiros baianos denunciam: o poderoso banco quer expulsá-las da terra e usa até jagunços. Leia pág. 6

A revolução dos Farrapos faz 150 anos

Um movimento que deu frutos, passado em revista no seu 150º aniversário. página 9



Os Farrapos libertaram os escravos que se somavam às suas tropas.

Reagan ataca soberania do Brasil

Presidente dos EUA abre o jogo: quer controlar o mercado brasileiro de informática



Foto: César Diniz

Dois vítimas das prensas mutiladoras da Metalúrgica Rhein

Empresa mutila operários para emboisar lucros

O que os jornais não contaram sobre o "ataque ao TRT". P.10

Ditadura deixou as estatais num mar de corrupção

Deputado Walter Lazzarini denuncia causas reais da roubalheira. Pág.5

CDM Povo de Santo Amaro vota domingo contra arapuzada da divisão de documentação e Memória. Aurélio Peres explica por que liderou a luta contra a "desmembramento". Pág. 4



Mineiros nas ruas de La Paz protestam contra novo ataque aos seus direitos trabalhistas

Isolado, Estenssoro apela para a repressão

Diante da firme resistência dos trabalhadores ao seu decreto econômico, considerado inconstitucional, o presidente da Bolívia, Paz Estenssoro, ameaça com a intensificação da repressão. A greve geral deflagrada pela COB, agora por tempo indeterminado, foi classificada de "ilegal" pelo governo, numa manobra para usar de "todos os rigores da legislação" inclusive a prisão em massa das lideranças sindicais.

As Forças Armadas estão em "estado de alerta" e a polícia em "estado de emergência" há vários dias. Estenssoro ordenou a ocupação da Corporação Mineira da Bolívia (Comobil) e da empresa de petróleo controlada pelo Estado. Chegou a acenar com uma proposta de "trégua social" até dezembro, garantindo, ao mesmo tempo, que não abre mão das medidas antipopulares e antinacionais que decretou.

De acordo com os dirigentes opositores "o governo está tirando a máscara e está disposto a decretar estado de sítio". De fato, não há sinais de que as autoridades bolivianas estejam dispostas a pôr um fim ao impasse. A pretensão de implementar as decisões anunciadas é inaceitável para os tra-

balhadores: o decreto prevê o congelamento dos salários; a diminuição e em alguns casos a pura eliminação das indenizações em casos de demissões; a liberação dos preços; taxas livres de câmbio; privatização das empresas do Estado; eliminação dos subsídios aos produtos de primeira necessidade e liberação das exportações e importações.

Desta forma, todo o ônus da crise foi jogado sobre as costas dos trabalhadores. O fim do controle de preços levou a elevação de até 1.000% no valor de alguns produtos, atingindo especialmente os alimentos. O dólar deve subir 2.000% em relação ao peso como consequência da alteração do sistema cambial, com reflexos insuperáveis sobre a inflação (que deve chegar a 50 mil por

cento no final do ano) e a desnacionalização da economia.

Hoje, o salário mínimo dos bolivianos tem apenas 10% do poder aquisitivo de 10 anos atrás; houve uma queda de 25% do Produto Nacional Bruto nos últimos três anos; o desemprego e o subemprego chegam a 40%. São algumas cifras que indicam o quanto já é cara a crise para os assalariados. O aprofundamento do arrocho, pretendido por Estenssoro, foi recebido com indignação e revolta generalizada

A situação é dramática. As forças populares não reúnem condições de oferecer uma alternativa de poder a curto prazo, enquanto fica cada vez mais patente que as medidas propostas pelas classes dominantes só podem ser efetivadas à custa de uma repressão brutal. A extrema direita, por sinal, tem uma reserva fascista no general Hugo Banzer, que concorreu às últimas eleições presidenciais. E já iniciou as provocações, fazendo explodir duas bombas na sede da COB em La Paz.

As lutas e conquistas das mulheres bolivianas

Na Bolívia a tradição da luta feminina é inegável. Conhecidas como mulheres valentes e combativas, as bolivianas estão conquistando importantes avanços. Mas a situação deste país, submetido aos grandes capitais e aos golpes de Estado, é ainda das mais dramáticas. A T.O. ouviu, durante o Congresso da Mulher, três bolivianas: Lucilia Negia de Morales, secretária-geral da Federação de Mulheres Camponesas da Bolívia; Emilse Escobar, do Comitê das Mineiras, e Dominga Velasquez, do Comitê de Donas de Casa da Bolívia.

T.O.: Há alguma semelhança entre o movimento das mulheres na Bolívia e em outros países?

Lucilia: Claro que sim! Em todo o mundo só o fato de sermos mulheres nos coloca em situação de grande exploração. Na Bolívia nossa luta é muito difícil. A população é analfabeta, principalmente os indígenas, e as mulheres constituem 99% dos analfabetos. A Federação das Camponesas busca, através da alfabetização das mulheres, elevar seu grau de consciência política.

Domingas: As mulheres estão aprendendo que, quando dominam a aritmética, podem provar aos seus maridos o quanto são explorados e puxá-los para a luta.

T.O.: Quem são os grandes adversários das bolivianas?

Lucilia: Existem muitos adversários. Os colonizadores que nos exploram, a classe patronal que nos tira o sangue, o imperialismo que domina o país, os setores reacionários da Igreja. **Domingas:** Estes setores atuam com os clubes de mães. Eles existem a séculos, mas nada



As bolivianas constituem 99% dos analfabetos do país

fizeram para melhorar a condição de consciência das mulheres, e criaram nelas uma visão paternalista e assistencialista. Quando chegamos para conversar com elas, nos perguntam: "O que você vai nos dar?" Isto tem atrasado muito nossa luta. Nos chamam de comunistas, porque queremos mudar a situação. As mulheres dizem: "Não queremos saber de política", mas são elas por outro lado que dão respaldo político para as lutas. Elas não perceberam ainda que, quando bloqueiam estradas, quando boicotam a entrega dos alimentos à cidade, quando fazem jornadas contra a fome, estão fazendo política.

T.O.: Qual a situação econômica e social da mulher boliviana?

Lucilia: A começar pelas crianças, que trabalham desde os quatro anos, todos passamos fome. Todas as bolivianas trabalham, e muito, principalmente no campo.

Emilse: A superexploração das bolivianas é um absurdo. Sou das minas de cobre, e lá as mulheres trabalham na lama, ou seja, elas pegam terra molhada e tentam extrair dela algum metal. Trabalham de

manhã à noite dentro d'água. Todas têm problemas de reumatismo e hemorragia. Ao final do mês, quando conseguimos extrair algum metal da lama, ganham 4 dólares.

Lucilia: No último congresso da Central Operária Boliviana, as mulheres exigiram uma secretária para as mineiras, por ser um setor fundamental da economia. Mas riram de nós e não atenderam à reivindicação. **Emilse:** Mas não desistimos. Acreditamos que temos que ajudar a dar direção para o movimento sindical, e brigamos também para que todas as mulheres tenham direito a voto na COB.

T.O.: O que mobiliza as donas de casa?

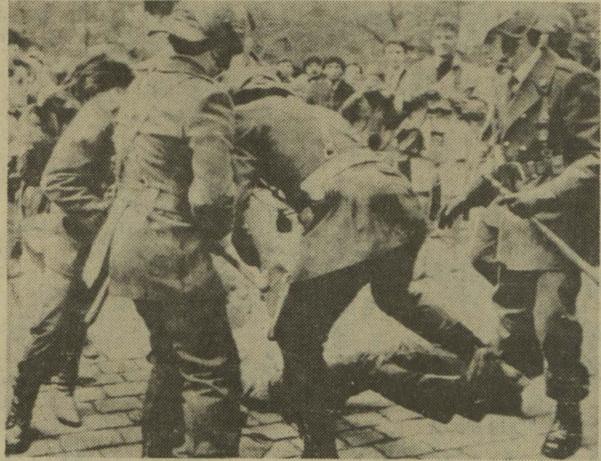
Domingas: Nos bairros burgueses, joga-se comida fora, enquanto nós não temos nada para dar aos nossos filhos. Porque nós, mulheres, não somos animais. Não temos água, enquanto a burguesia lava as calçadas. Isto nos mobiliza. Nosso trabalho então é de enfiar na cabeça das mulheres a luta de classes, a defesa de seus direitos de igualdade em todos os campos, e um dos que mais afeta a mulher é a questão da saúde.

Argentinos exigem punição dos crimes do regime militar

Cerca de 500 pessoas participaram, no último dia 5, de uma manifestação de protesto no centro de Buenos Aires, exigindo que os responsáveis pelas milhares de mortes e violações dos direitos humanos durante o regime militar (1976 a 1983) sejam julgados e punidos e que, por outro lado, sejam libertados os últimos 14 presos políticos do país. Em um documento lido durante a manifestação - convocada por sete das oito organizações de direitos humanos do país, a maioria dos partidos políticos e entidades sindicais - afirma-se que "há dois anos da instauração do governo constitucional, o tema dos desaparecidos e das violações dos direitos humanos

fundamentais não é apenas uma herança da ditadura, mas também um problema da nossa incipiente democracia".

O processo público contra os nove ex-comandantes militares - acusados de "privação ilegal da liberdade", "homicídios" e "torturas aos detidos" - entrou, na última quarta-feira, na etapa de fundamentação das acusações pela promotoria, depois de serem ouvidas 833 testemunhas durante cerca de 4 meses. A sentença do Tribunal Federal para os responsáveis pela morte de 9.000 (segundo dados oficiais) a 30.000 pessoas (segundo organizações de direitos humanos) deverá ser pronunciada em dezembro.



O regime de Pinochet matou mais de 30 mil opositores desde 1973

Mais mortes e prisões de opositores no Chile

A repressão policial violenta a uma manifestação de protesto contra o regime militar do general Augusto Pinochet, no último dia 4, provocou a morte de 10 pessoas, ferimentos em cerca de 50 e mais de 500 prisões, paralisando parcialmente Santiago do Chile durante dois dias. A jornada de protesto - convocada pelo Comando Nacional dos Trabalhadores, pelo Movimento Democrático Popular e por alguns partidos políticos - foi programada para coincidir com o 15º aniversário da eleição do ex-presidente Salvador Allende, derrubado através de um sangrento golpe militar, encabeçado pelo general Pinochet, há 12 anos.

Para comemorar o golpe de 11 de setembro (de 1973), o

governo militar renovou, a partir dessa data, o "estado de perigo de perturbação da paz interna", norma jurídica de exceção que outorga facultades especiais ao presidente Pinochet para prender, confinar ou expulsar do país os opositores.

Embora as organizações de direitos humanos do país reconheçam a dificuldade de se fazer um balanço sobre a violação dos direitos elementares dos cidadãos durante os 12 anos de ditadura, existe uma lista de "detidos-desaparecidos" com 600 casos comprovados; cerca de 170.000 exilados e milhares de mortos (segundo alguns grupos de direitos humanos, o total de mortes da ditadura seria de 30.000).

Reagan sofre revés no apoio ao 'apartheid'

Nova derrota política do governo sul-africano. Desta vez até a demagógica política de "engajamento construtivo" do governo Ronald Reagan, dos Estados Unidos, foi probrejo. É que a Casa Branca viu-se obrigada a adotar sanções econômicas - brandas, é verdade - contra a África do Sul.

No dia 9, Reagan, apressadamente adotou algumas medidas de fachada (como a proibição de novos empréstimos ao goveno de Pretória, "à exceção dos destinados a programas que ajudem os negros"), para evitar que o Congresso dos EUA aprovassem sanções contra o apartheid com o apoio do Partido Republicano, de Reagan, desmoralizando o chefe do impe-

rialismo ianque.

Na rasteira, a Comunidade Econômica Européia também adotou algumas medidas de pressão contra os racistas de Pieter Botha, como o embargo de exportação de armas e equipamento militar e paramilitar para a África do Sul.

Também na área esportiva os racistas sul-africanos podem sofrer um revés, com a possibilidade de ser cancelada, ou bastante desfalcada, a realização da Corrida de Fórmula 1, marcada para 19 de outubro.

As pressões internacionais somam-se ao crescente movimento anti-racista que já há um ano sacode o país com mobilizações de massas quase que diárias.

Cresce a dívida externa de Cuba

A dívida externa total de Cuba com os países não pertencentes ao bloco revisionista soviético, durante o primeiro trimestre de 1985, ascendeu a 3 bilhões, 39 milhões e 7 mil pesos, aumentando em 8,2% em relação a igual período de 1984, segundo um informe oficial. Isso ocorre no mesmo momento em que o principal dirigente cubano, Fidel Castro, alardeia a salvação do FMI e dos bancos internacionais para que eles possam "emprestar mais" aos países credores...

Guatemala cancela aumentos extorsivos

A Guatemala viveu uma semana de violentos protestos populares contra a carestia de vida, forçando o governo do general Oscar Mejia Victores a cancelar um aumento de 50% nos transportes públicos e prometer um aumento nos salários dos trabalhadores e o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. A polícia reprimiu violentamente as manifestações, provocando a morte de 7 pessoas e ferimentos em cerca de 50. O Exército também ajudou na repressão, saindo às ruas e ocupando a Universidade Central de San Carlos.

EUA admitem derrota na América Central

Os EUA se rendem às evidências e chegam à conclusão de que os contra-revolucionários nicaraguenses não estão em condições de derrubar o governo sandinista e que o governo salvadoreño também não tem força suficiente para acabar com a guerrilha. Essa ponderação - que faz parte de um documento do Departamento de Estado norte-americano, divulgado dia 8 pelo Washington Post - seria o preâmbulo de uma nova ofensiva do presidente Ronald Reagan para conseguir mais verbas do Congresso para a assistência militar e econômica aos rebeldes somozistas nicaraguenses e ao governo títere de Napoleón Duarte, de El Salvador.

O documento ressalta também que o governo norte-americano tem que "desenvolver uma diplomacia ativa para neutralizar os esforços de criação de uma solidariedade voltada contra os EUA, seja ela patrocinada pelos países que apóiam Contadora, por Cuba ou pela Nicarágua".

Pena de morte para oposição marroquina

Catorze marroquinos (nove deles à revelia) foram condenados à morte no último dia 2 por um tribunal de Casablanca, depois de serem acusados de atentar contra a segurança do Estado monárquico. Um outro acusado foi condenado à prisão perpétua, nove deles a 20 anos de prisão e dois outros a 15 e cinco anos. Segundo o Tribunal de Casablanca, essas 26 pessoas foram condenadas por serem membros da organização clandestina "Juventude Islâmica" e haver recebido instrução militar e armas do serviço secreto argelino e da Frente Polisário (que luta contra o governo marroquino pela independência do Saara Ocidental).

Somália, depósito de lixo atômico

A Somália concordou em arrendar aos EUA 800 Km quadrados de terras devolutas para estocagem do perigoso lixo radioativo nuclear segundo informaram os integrantes do Movimento Nacional Somaliano. Segundo a rádio patriota Halgan, "agora o regime de Siad Barre concordou em que o governo imperialista dos EUA pode enterrar veneno químico e refugos nucleares das usinas norte-americanas, onde são fabricadas perigosas armas nucleares".

Um outro governo africano, o do presidente Jaafar Numeiry, do Sudão - depositado em abril - havia também sido acusado por dirigentes opositores de ter recebido 1 bilhão de dólares do governo norte-americano para a perniciosa colocação de refugos radioativos no território sudanês.

Conheça o país que constrói o socialismo

A A.A.B.A., Associação de Amizade Brasil-Albânia, tem à disposição livros e revistas fundamentais para melhor conhecimento da realidade albanesa. Todos os pedidos deverão ser enviados para:

A.A.B.A. - Associação de Amizade Brasil Albânia.

Rua Barão de Itapetininga, 297, sala 53, CEP 01042 - Centro - São Paulo/SP.

Revistas
ALBÂNIA HOJE - Cr\$ 5.000 (cada exemplar)
ALBÂNIA NOVA - Cr\$ 5.000 (cada exemplar)
(em espanhol, francês e italiano)
Assinatura anual - Cr\$ 30.000 (6 exemplares)

Livros
ALBÂNIA - NOÇÕES GERAIS - Cr\$ 10.000 (espanhol)
AS LETRAS ALBANESAS - Cr\$ 10.000 (francês)

Através de cheque nominal ou ordem de pagamento para ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE BRASIL-ALBÂNIA.
Banco: BRADSECO - Ag. Barão nº 0423.
Conta corrente: 0705 - 038343 - 0

Albanie aujourd'hui



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Ulisses Guimarães (dir.) e José Fragelli: na televisão para a defesa do poder civil

Poder Legislativo parte para a contra-ofensiva

Com um programa em cadeia nacional de rádio e tv, os presidentes da Câmara e do Senado partem para a contra-ofensiva diante da campanha orquestrada na imprensa, pelos setores conservadores, contra o Congresso Nacional. E procuram mostrar que, por trás da insistência sobre o "caso dos jetons" e similares, estão interesses obscuros e nada democráticos.

Na sexta-feira, dia 13, os presidentes da Câmara e do Senado Federal, deputado Ulisses Guimarães e senador José Fragelli, ocupam durante 30 minutos uma cadeia nacional de rádio e televisão para apresentar à opinião pública a defesa do Congresso Nacional diante da campanha dirigida pela imprensa, dos setores interessados em desprestigiar a instituição. O programa, além de fazer a defesa política do Congresso, como expressão institucional do poder civil mostra os aspectos do funcionamento do Legislativo que extrapolam a simples presença dos deputados em plenário.

O CIRCO-ESTOPIM

As relações entre o Congresso e a imprensa agravaram-se na semana passada com a publicação de uma foto-legenda, pelo "Jornal de Brasília", mostrando um circo armado pelo governo do Distrito Federal na Esplanada dos Ministérios, para comemorações da Semana da Pátria, como se estivesse no lugar da cúpula do Senado Federal. O texto comparava o Congresso a um circo. A foto foi o estopim de uma crise que já se esboçava há semanas.

Tão logo o jornal chegou às ruas, um clima de revolta e indignação tomou conta do Parlamento, provocando inclusive um protesto formal das mesas da Câmara e do Senado, alertando a opinião pública para o risco da campanha contra o Poder Legislativo. O desdobramento deste episódio foi a requisição da cadeia nacional de rádio e tv para programa mostrando as atividades do Congresso Nacional.

O PORQUÊ DA CAMPANHA

Na verdade é inegável que existe uma campanha, muito bem articulada, com ressonância nos órgãos da imprensa burguesa. Seus objetivos também são claros: desprestigiar, desacreditar, desmoralizar, desgastar perante o povo a imagem do Congresso Nacional. Com isso os mentores do plano pretendem minar o poder de resistência do Legislativo a toda e qualquer tentativa que possa levar a um retrocesso político. Mais do que isso, pretendem fazer crer ao

povo que o atual Congresso não merece crédito, e assim abrir caminho para que os representantes das classes dominantes consigam manipular a Assembléia Nacional Constituinte. Desejam, ainda, criar a opinião de que o Congresso poderia muito bem ser substituído por forças mais "poderosas" e "eficientes". Ou seja, querem minar a resistência do Congresso e do poder civil que ele representa. E assim abrir caminho para aventuras golpistas ou autoritários.

É claro que o Congresso Nacional não é perfeito. Ao contrário, tem falhas. E algumas delas até muito graves. Mas isto não é suficiente para que, generalizando-se, superdimensionando-se todas estas falhas, se golpeie toda a instituição. O Congresso Nacional, apesar de seus defeitos, na sua grande maioria herdados do regime militar que o subjugou, serviu como fator de resistência à ditadura e foi palco de lutas importantes pela conquista do regime democrático.

Aliás, é sintomático que a campanha de ataques ao Legislativo apareça em cena justamente agora. Nos anos negros da ditadura, quando o Congresso Nacional era um poder amodado, manietado, dominado por uma maioria que se curvava perante o Executivo, não existia campanha - embora os defeitos hoje exibidos datem precisamente dessa época.

Porém os democratas brasileiros foram ao combate - inclusive dentro do Congresso: denunciaram os crimes dos generais, empenharam-se na derrubada dos decretos de arrocho, realizaram histórica votação das diretas em 1984 e conseguiram a vitória na campanha da Aliança Democrática. Com o fim do regime militar e a desagregação da maioria pedessista, o Congresso aprovou o reestabelecimento das eleições diretas em todos os níveis, a liberdade de organização partidária, o voto do analfabeto. Caminha, afinal, para o restabelecimento de suas prerrogativas e da dignidade enxovalhada sob a ditadura.

É revelador que os barões da grande imprensa monopolizada e reacionária tenham escolhido esta hora para sua campanha, que no fundo desprestigia o poder civil e abre caminho para a volta do arbítrio. (da sucursal)

PC do B demonstra prestígio na zona cacauzeira da Bahia

O auditório Zélia Lessa, da Prefeitura Municipal, foi pequeno para abrigar as 500 pessoas que participaram do ato de lançamento do Partido Comunista do Brasil em Itabuna, na segunda-feira, dia 9. A cidade, com 160 mil habitantes, polariza a região cacauzeira da Bahia - importante centro de assalariados rurais e foco de acirradas lutas pela terra.

O comparecimento popular ao ato evidenciou o crescente prestígio dos comunistas na região do cacau. Estavam presentes delegações de diversos bairros, camponeses de Buerarema, Itacaré, Marau, Ubaitaba e Canavieiras - área onde vêm de ser desapropriadas para fins de reforma agrária as terras das fazendas Poxim e Sarampo, palco da ação dos grileiros.

A amplitude da mesa refletiu também o relacionamento do PC do B com as forças democráticas da região. O prefeito de Itabuna, Ubaldo Dantas, destacou que não pode haver sociedade moderna democrática, sem a existência legalizada do pensa-

mento comunista. Presentes também o secretário geral do PMDB de Ilhéus, Napoleão Marques, representando o prefeito Jarbas Ribeiro, o diretor da Fespi, os vereadores Flávio Simões e Zenaide Magalhães, além de diversos representantes de sindicatos, entidades estudantis e populares.

ILHÉUS TAMBÉM

O deputado Haroldo Lima, líder da bancada do PC do B na Câmara Federal, saudou o ressurgimento do partido do proletariado na região cacauzeira, destacando a importância do movimento pela reforma agrária na região. A Comissão Municipal do PC do B em Itabuna é dirigida por Davidson Magalhães.

No dia seguinte ocorria a inauguração da sede do partido na vizinha cidade de Ilhéus, 140 mil habitantes. Mais de 200 pessoas participaram da festa, em que foi apresentada a Comissão municipal, dirigida por Gustavo Cesar. (da sucursal)

O ataque aberto de Reagan contra a Lei da Informática

O presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, decidiu abrir o jogo sobre os interesses do imperialismo ianque no Brasil, desencadeando ataque aberto contra a lei de reserva do mercado de informática aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional.

Reagan não poderia ser mais claro. Os EUA, disse, exigem a abertura do mercado brasileiro de informática, inclusive plena liberdade de investimento para o capital norte-americano no setor. E ameaçou aplicar violentas restrições comerciais contra o Brasil se esses interesses não forem satisfeitos. Não ficou só na palavra. Instituiu uma comissão de estudos para averiguar os "prejuízos" das empresas ianques com a Lei de Informática e as "represálias cabíveis".

PROTECIONISMO

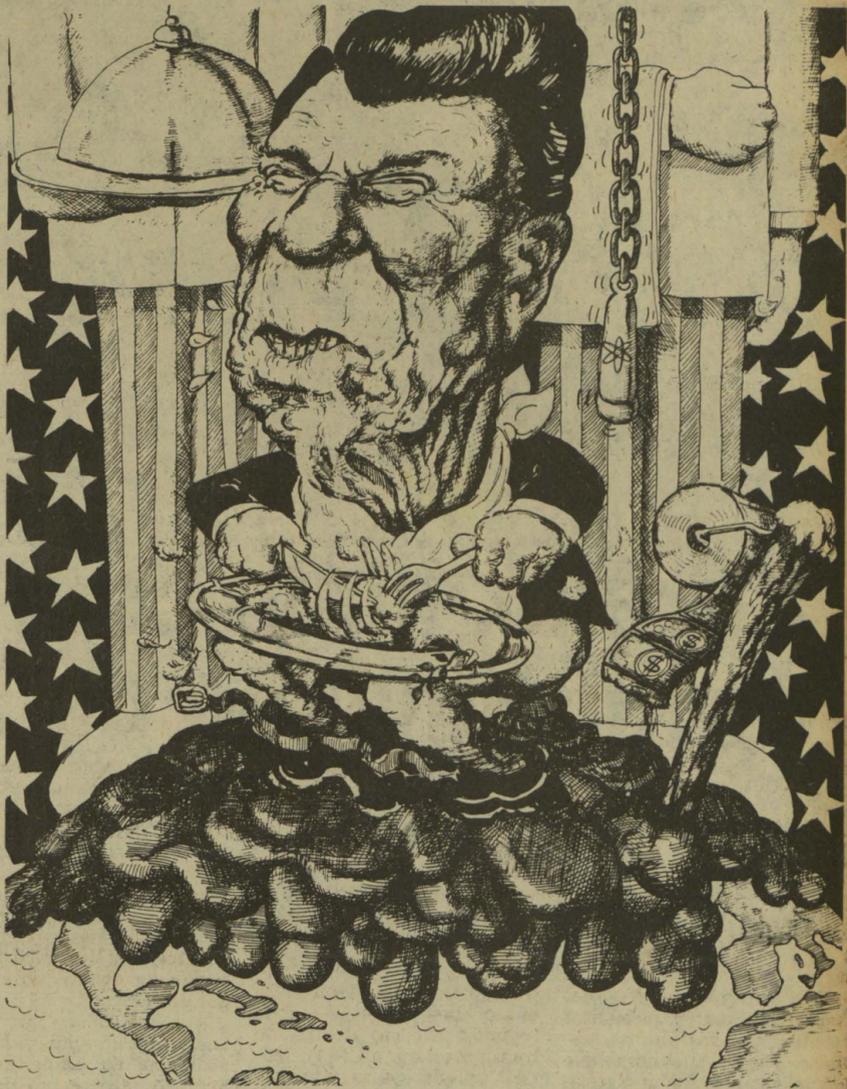
O canastrão do cinema americano argumenta que estaria respondendo às fortes pressões protecionistas de industriais e congressistas norte-americanos, que ameaçam as exportações brasileiras com uma sobretaxa de 25%. Ele quer aparecer como defensor do livre comércio, reivindicando "uma atitude liberal semelhante por parte dos parceiros comerciais". Não parece justo? "Que nos exportem sapato e álcool, desde que deixem o mercado de informática sob nosso controle", argumenta.

O próprio sistema imperialista conduz a indústria tradicional norte-americana a perder a competitividade diante das mercadorias produzidas nos outros países. "O fato é que o trabalhador da indústria de calçados nos EUA ganha US\$ 6/hora e no Brasil, US\$ 0,5. O custo da mão-de-obra americana atinge 40% do custo final, e no Brasil representa apenas 15% do total", observou o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Calçados, Sebastião Borbulhan. É um fenômeno que atinge diversos outros setores da economia ianque.

O capital aplicado no setor, conseqüentemente, reage. De um lado, deslocando-se para outros países e, de outro, promovendo fortes pressões protecionistas. Acrescente-se a isto o elevado déficit comercial norte-americano, que este ano deve alcançar 160 bilhões de dólares.

OS REAIS INTERESSES

Contudo, não são esses os motivos da irada investida de Reagan. O próprio presidente dos EUA declarou que as medidas protecionistas reclamadas por alguns setores resultariam no colossal prejuízo de 2,9 bilhões de dólares para os consumidores americanos nos próximos anos. Hoje dominam na



economia ianque os ramos da informática, biotecnologia, armas e finanças - essas as bases principais para sua reprodução. O capital aplicado na informática já atingiu a fase de maturação e encontra-se quase completamente monopolizado (ao contrário do que ocorria no começo da década, quando as pequenas empresas ainda tinham vez). É atravessa, atualmente, uma crise conjuntural, de saturação do mercado interno. O nível de acumulação alcançado exige a inversão de capital e exportação para outros países.

Nos últimos seis meses, mesmo grandes e médias empresas do setor foram à falência, muitas sofreram e sofrem prejuízos e dezenas de milhares de trabalhadores foram demitidos. Já no Brasil, a informática vem crescendo a uma taxa média real de 30% e o país constitui o 8º mercado mundial para o setor.

Mas não é só isto. O controle da informática cria condições para um desenvolvimento independente. E isto atinge mortalmente os interesses do imperialismo ianque: como reproduzir o sistema se a contrapartida é a existência de países dependentes? Torna-se necessário aos EUA combater qualquer esforço dos outros povos em defesa da soberania nacional. Neste sentido, a cam-

"Não é a primeira"

As associações de Profissionais de Processamento de Dados, que estão em vias de se transformarem em Sindicatos para organizar profissionalmente os trabalhadores da informática, têm posição definida sobre a ameaça de Reagan. Em todos os diversos congressos nacionais e estaduais que já realizaram, é ponto de honra para elas reafirmar sua posição em defesa da reserva de mercado.

Para Assis Aderaldo, presidente do Sindpd em formação em São Paulo, "não é a primeira investida que o governo dos EUA desfecha contra a política de informática do Brasil". Assis recorda que "há alguns meses, a Câmara de Comércio

americana já tinha chamado o Brasil para o que eles chamam de friendly talks ("conversações amigáveis"), que também são um tipo de pressão".

"Mais do que os computadores em si - sublinha o presidente do Sindpd-SP - o que a reserva de mercado está apontando é um caminho, de busca da nossa autonomia tecnológica. Por isso, apesar de reconhecermos que há ainda muito a avançar na lei de informática e na política de informática, sempre apoiamos a reserva de mercado. E achamos que ela deve ir mais adiante, pegando a área de software, sem recuar diante dessas ameaças que são no fundo uma agressão à nossa soberania".

vantagens da gigantesca fragilidade e dependência econômica brasileira conseqüente da dívida externa, cujo pagamento exige a realização de pesados superávits comerciais. Para isto o mercado norte-americano é imprescindível (o saldo comercial do Brasil com os EUA em 84 foi superior a 5 bilhões de dólares, respondendo por 41,3% do superávit).

Criado o Conselho de Defesa da Mulher

Num clima de muita euforia, alegria, combatividade, foi empossado na terça-feira passada, pelo presidente José Sarney, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, presidido pela deputada estadual Ruth Escobar, de São Paulo. Representantes de entidades de defesa da mulher de diversos Estados estiveram presentes na solenidade.

Ao discursar na ocasião, José Sarney destacou a importância da participação feminina na transformação do quadro nacional afirmando: "Estamos certos de que não seríamos uma Nova República se ignorássemos que no Brasil as mulheres constituem 52% da sua população, 36% de sua força ativa de trabalho e metade do eleitorado". Ao mesmo tempo, o presidente reconheceu que a mulher precisa deixar de ser discriminada:



Ruth Escobar, a presidenta: prioridade para creches e Constituinte

"No Brasil existem profundas desigualdades sociais que precisam ser eliminadas e que tornam a mulher cidadã marginalizada", afirmou Sarney.

A deputada Ruth Escobar destacou em seu discurso a participação das mulheres na luta contra o regime mili-

tar: "ao atender à reivindicação de todas as mulheres brasileiras. Vossa Excelência reconhece a nossa participação efetiva na resistência ao processo de esmagamento das liberdades democráticas". Ruth frisou, ainda, que a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher República da

necessidade de nossa incorporação ativa a toda a política social, econômica e cultural do país, no pleno gozo de nossos direitos de cidadãs por inteiro".

Logo após a solenidade de posse, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher realizou sua primeira reunião de trabalho e decidiu que a luta pela instalação de creches nos locais de trabalho será uma das prioridades da entidade, junto com o planejamento familiar e a prevenção contra a violência. No plano político, o Conselho pretende participar ativamente da discussão das teses para a Assembléia Constituinte. Com o conselho as mulheres tem mais um instrumento para integrar-se no conjunto da luta do povo brasileiro pela democracia e pela melhoria das condições de vida - pela democracia (da sucursal)



O prefeito de S. Paulo, os administradores regionais de Campo Limpo e Sto Amaro e Aurélio Peres: todos contra a autonomia

Aurélio, junto com o povo, repudia divisão de S. Amaro

Domingo, dia 15, os eleitores decidirão nas urnas se o bairro de Santo Amaro - com aproximadamente 1,5 milhão de habitantes - continuará ligado à capital paulista ou se transformará em município. O deputado federal Aurélio Peres (PC do B) foi um dos primeiros a denunciar à população quais os verdadeiros interesses que estavam por trás da campanha dos autonomistas. O parlamentar comunista explicou à TO que "a situação da periferia de Santo Amaro piora com a autonomia".

TO: Quais são suas previsões sobre o resultado do plebiscito?

Aurélio: Pelas últimas pesquisas não haverá autonomia. O povo se posicionou maciçamente contra a autonomia de Santo Amaro porque percebeu que as bandeiras levantadas pelos autonomistas não trazem nenhuma melhoria; ao contrário. A população viu que a situação na periferia do bairro piora com a sua transformação em município.

TO: Em que questões a massa de trabalhadores seria prejudicada caso fosse aprovada a autonomia?

Aurélio: São muitos os pontos negativos. Eu poderia enumerar alguns entre muitos. A massa trabalhadora tem sentido o problema do transporte. Ela sabe que com a autonomia aumentaria as dificuldades operacionais em matéria de

transportes como também o custo das passagens. Um segundo aspecto dentro do transporte é que a CMTC retiraria seus ônibus de circulação do novo município de Santo Amaro. E o povo não gostaria de perder a CMTC.

Uma outra coisa levantada constantemente tem sido o aspecto educacional, principalmente no que tange à questão de creches. A periferia de Santo Amaro, principalmente de Campo Limpo, tem recebido uma atenção maior por parte da prefeitura com relação ao atendimento de creches. Tendo feito levantamento nos municípios vizinhos de São Paulo, nós constatamos que as prefeituras não têm atendimento às crianças através de creches. E um dos motivos relatados é que os recursos não eram suficientes para manter as creches abertas.

A população sente que uma série de melhorias que a prefeitura tem feito na periferia de Santo Amaro diminuiriam com a autonomia. No caso de pavimentação, construção de escolas, construção de creches, postos de saúde, pelo menos paralisariam agora.

TO: Quem deu início a essa campanha e quais os interesses por detrás dela?

Aurélio: Aí me parece que está o aspecto fundamental do problema da autonomia de Santo Amaro. A raiz do problema é o interesse de setores da burguesia de se livrarem da periferia de São Paulo. E Santo Amaro é um caso, pois ele querem se livrar de São Miguel Paulista, de Guaianazes, de Perus, Pirituba. O que eles gostariam é de cortar o cordão periférico que cerca São Paulo.

Por que cortar? Porque isso privilegiaria e daria maiores recursos e maiores benefícios para a alta burguesia que não mora na periferia, mora no centro de São Paulo. Este é um aspecto político e é um aspecto da luta de classes, o de marginalizar ainda mais a periferia, onde mora o trabalhador, onde mora o operário, onde mora aquele que constrói a riqueza da nação.

TO: Nessa campanha o PC do B foi o único partido que se engajou unitariamente contra a autonomia de Santo Amaro. Como você, deputado do PC do B, vê esta questão?

Aurélio: O PC do B é o partido que sempre tem procurado se identificar e defender os interesses da população. E esta campanha é uma prova, porque se o PC do B fosse olhar o interesse próprio ou o interesse de seus políticos, no meu caso, no meu interesse pessoal, eu deveria ser a favor da transformação de Santo Amaro em município, porque a mim me favorece a autonomia. Sou o único deputado federal aqui da região e assim eu fecharia a área eleitoral.

O PC do B não titubeou em momento algum. Ele é o único partido que tem uma posição firme e definida desde o início. O PMDB ficou dividido; o PCB também, alguns favoráveis, outros contra, outros em cima do muro; o PT, uma parte a favor, outros contra e alguns em cima do muro. Os outros partidos, todos eles ficaram em cima do muro, para ver de que lado a carne engrossava mais para eles poderem dar a mordida e nenhum deles se posicionou abertamente.

Galdino: até agora a polícia goiana ignora atentado

Edmundo Galdino é um jovem de 26 anos. Em 1982 foi o vereador mais votado em todo o norte de Goiás. No último dia 3 de junho foi alvejado por quatro balas, desferidas por um pistoleiro a soldo dos poderosos fazendeiros de Araguaína, ficando paraplégico. Nesta entrevista à Tribuna Operária, Edmundo fala de sua luta e seus planos futuros:

TO: Edmundo, como estão as investigações da polícia para apurar o atentado e punir os executores e mandantes?

Edmundo: Em que pese a monstruosidade do crime, uma emboscada covarde, até o presente momento, nenhuma providência foi tomada à altura. Nós sabemos quem foram os mandantes e os executores. O que está faltando é seriedade e hombridade da Secretaria de Segurança Pública para punir os criminosos, que agiram contra um vereador e lutador da causa do povo.

TO: Como você encara a luta daqui para diante?

Edmundo: A única alteração que houve é que agora, para continuar nesta batalha, eu não terei condições de andar a pé, como fazia antigamente. Tenho que permanecer sentado. Permanece o mesmo ideal e a mesma disposição de defender a independência nacional, a justiça e a felicidade para o povo brasileiro. Ainda continuo ameaçado de morte mas isto não abalou o meu ânimo. Acho que ainda não conheci o medo.

TO: Como você analisa as dificuldades enfrentadas pelos jovens no interior brasileiro, em particular em Goiás?

Edmundo: A juventude começa a sentir as consequências das desigualdades sociais e até mesmo no seu processo de gestação. Na infância é marcada pela verminose, pela malária, pela fome. Na adolescência depara-se com as barreiras para estudar, com o desemprego e continua atormentada pela fome. O jovem do interior não tem nem mesmo como realizar uma atividade profissional e poucos conseguem concluir seus cursos. Além do atraso econômico, o jovem interiorano sofre com o atraso cultural.

TO: Você, apesar de tudo isto, sente-se otimista?

Edmundo: Claro. Precisamos lutar para que, mesmo ao morrer, possamos exclamar que toda nossa vida e todas as nossas forças foram dedicadas à causa

Um jovem destemido

Visitei Edmundo Galdino, na semana que passou, no Hospital Sara Kubtscheck, em Brasília. Em nome da Coordenação Nacional da União da Juventude Socialista, da qual ele é membro fundador e conselheiro nacional, levei-lhe o abraço de ânimo e os votos de recuperação rápida e plena. Encontrei-o animado, apesar do abatimento físico; pensamento voando pelo mundo de camponeses e posseiros de sua Araguaína, embora preso a uma cadeira de rodas; contente por continuar vivendo, sem dissimular a indignação e o ódio contra os facinorosos que lhe tramaram a morte.

Por lapsos de segundo a pistola alugada não tirou-lhe a vida. O ouvido aguçado e o reflexo ágil - treinados nas caçadas pelas matas do Araguaína - pressentiram o inimigo a tempo de evitar que a primeira bala lhe trespassasse o crânio. Edmundo comemora ter logrado o pistoleiro. O latifúndio sabe que, ao errar o alvo, forjou aos olhos do povo um herói que começa a se revelar nas cinco cartas que recebe, em média, por dia.

As enfermeiras espantam-se com a rapidez de sua recuperação, rompendo prazos e superando expectativas. Os pacientes dos apartamentos vizinhos levam até os parentes para uma conversa com o rapaz mulato de fala fácil e sorriso solto que, ferido mortalmente pelo latifúndio, ainda no hospital promete continuar na luta. (Aldo Rebelo)

mais nobre, que é a da liberdade e da construção de uma nova sociedade socialista. A causa do socialismo corresponde ao anseio dos povos e é uma exigência histórica.

Juventude Socialista faz um Dia da Independência diferente

Em meio às comemorações oficiais do 7 de setembro, Osasco viveu uma experiência diferente. A União da Juventude Socialista realizou o "Passeio Juvenil pela Independência do Brasil". Portando pirulitos e cartazes com inscrições: Fora o FMI, Pela Verdadeira Independência, A Amazônia é Nossa etc. A juventude se encontrou no largo de Osasco se dirigindo posteriormente para a avenida principal onde acontecia o desfile. À frente da manifestação estava Apolinário Rebelo, coordenador da UJS.



Apolinário: coordenador da UJS-Osasco

A programação oficial, preparada nos gabinetes não foi comunicada a nenhuma entidade, estava montada antecipadamente e "não permitia mudanças na ordem de apresentação", argumento esse usado por funcionários da Secretaria de Cultura que organizou o desfile, numa tentativa de dificultar a apresentação da UJS. Como o objetivo era desfilar e mostrar a mensagem dos cartazes aos milhares de populares que lotavam as calçadas ao longo da avenida, aceitamos desfilar por último.

Jovens e populares se aglomeravam em volta dos cartazes, simpatizando com as mensagens, e logo após as cartazes, entra a UJS na avenida

TRUCULÊNCIA NO RIO

No Rio uma ação truculenta de homens do Exército, à paisana, impediu o desfile da UJS. Os jovens prepararam faixas e cartazes saudando o 7 de setembro, criticando o FMI e exigindo soberania nacional, e bandeiras do Brasil. Consta da programação também a participação de bonecos simbolizando o FMI e a situação do povo brasileiro diante da dívida externa. Ao chegarem ao local do desfile, foram logo recebidos com socos, pontapés e palavras de baixo calão.

Os policiais inicialmente disseram que eram da Polícia Federal mas recusaram mostrar qualquer identificação. Diante da argumentação firme dos jovens, detiveram seis deles - Clara Araújo, Acir Meireles, Antônio Carlos Pires, Douglas França, Elói Araújo e Jorge Vieira - arrastando-os para um camburão da Polícia do Exército. Os detidos resistiram e denunciaram a agressão para a multidão, que logo se aglomerou, também protestando. Os detidos foram encaminhados para o quartel da PE, antigo DOI-CODI, onde ficaram de 9 até as 12 horas.

O Exército não assumiu responsabilidade pela prisão, um verdadeiro seqüestro. A Polícia Federal para onde os seis foram encaminhados a seguir, também negou qualquer ligação com o fato, dizendo que a ação tinha sido realizada pelo Exército. A coordenação da União da Juventude Socialista do Rio de Janeiro pretende reaver o material que foi apre-

endido e expô-lo em local público brevemente. Também encaminhou ao presidente da República uma denúncia do fato, pedindo apuração das responsabilidades.

DESFILE EM BETIM

A juventude de Betim-MG, através da UJS, do PMDB-jovem, dos grupos jovens "Jura" e "Jufam", junto com o Sindicato dos Metalúrgicos e com o apoio da prefeitura municipal, fez um desfile diferente no 7 de Setembro. Para caracterizar a Nova República, cerca de 200 jovens, com muita vibração, saíram às ruas reivindicando e apoiando a luta pela reforma agrária, fechando o desfile oficial.

Durante todo o percurso o "bloco da reforma agrária" foi ganhando a adesão de mais jovens e os aplausos dos presentes.

INAUGURAÇÃO NO PARÁ

Em Belém a UJS comemorou a data da independência fazendo o lançamento oficial do núcleo desta organização no Estado. O ato foi realizado na sede do Sindicato da Construção Civil e contou com a presença de lideranças populares e com o candidato a prefeito, deputado Fernando Coutinho Jorge, que se comprometeu com o programa mínimo da Juventude.

Nesta ocasião foi escolhida uma Coordenação Provisória, tendo à frente Raimundo Miguel. Foi iniciada também uma campanha com o objetivo de filiar 500 jovens até o fim do ano. (das sucursais)



Galdino, na cadeira de rodas, cercado por jovens no hospital

Francisco Luciano abandona compromissos com o povo

Em Belo Horizonte, o vereador Francisco Luciano, surpreendendo aqueles que o apoiavam, rompeu com o PMDB e passou a defender o PFL e seu candidato para a prefeitura, Maurício Campos.

O pretexto adotado por "Chico Lu", como era mais conhecido, é insustentável. Ele faz críticas à atual administração municipal - muitas delas endossadas por amplos setores democráticos - mas ao optar pelo PFL, que em Minas representa as forças mais conservadoras, e que fazem tudo para frear as mudanças, mostra que o real motivo de sua viragem não é o compromisso com o povo e com a democracia.

A respeito desta atitude, o Partido Comunista do Brasil divulgou a seguinte nota à imprensa:

"O PC do B apoiou o vereador Francisco Luciano nas eleições de 1982 e em suas atividades parlamentares. Em função de suas origens populares e os compromissos com as lutas do povo, no momento em que este vereador sai do PMDB, que o elegeu, e apóia o PFL, partido que, no Estado, se coloca do lado das forças mais conservadoras e reacionárias, que sustentaram o regime militar durante tanto tempo, o PC do B manifesta total desacordo com tal posição.

"O vereador, com essa atitude, nega suas origens e seu passado de luta, rompendo assim os compromissos com seus eleitores. Esperamos que ele reconsidere a sua posição".

A disputa pela prefeitura em Belo Horizonte vem se delineando como um confronto entre os que estiveram à frente, no PMDB, para pôr fim ao regime militar e aqueles que ainda olham para trás, saudosos do passado, não desejando que o processo de democratização do país continue avançando.

O PC do B, conforme resultado da sua convenção, apóia o deputado Sérgio Ferraz, candidato do PMDB e trabalhador intensamente para a sua vitória nas eleições de 15 de novembro."

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O voto certo é uma arma de luta

O voto é uma arma importante. Se for corretamente empregado, ajuda a unir os trabalhadores e contribui para obter conquistas políticas importantes. Nas próximas eleições municipais de novembro, uma vitória expressiva dos candidatos democráticos dará um impulso poderoso às mudanças que o povo reclama da Nova República.

VOTO E REVOLUÇÃO

Alguns menosprezam as eleições argumentando que elas não são capazes de romper o sistema de dominação das classes dominantes. É uma meia verdade. Certamente que as alterações radicais na sociedade só podem ser alcançadas por meios revolucionários. Mas ficar à margem das disputas políticas em curso, a pretexto de aguardar a revolução, é um meio disfarçado de se colocar contra a revolução.

As campanhas eleitorais trazem para a ordem do dia o debate das questões mais importantes do país e de cada cidade. Mobilizam a atenção das grandes massas, contribuem para elevar o seu nível de consciência e de organização. Criam portanto melhores condições para a luta por transformações mais profundas.

No passado recente, uma reivindicação aparentemente sem maior importância, como a de eleições diretas-já, serviu como aglutinador de um imenso movimento de massas contra a ditadura. E logo a seguir, impedido de escolher o presidente nas ruas, o povo passou a declarar o seu voto em praça pública, consagrando o candidato único das oposições e exigindo que o Colégio Eleitoral referendasse esta eleição.

UNIR FORÇAS

O voto serviu portanto para mobilizar os trabalhadores e todas as correntes democráticas, e foi o mote para derrotar o regime militar, fazendo surgir a Nova República. Agora, na batalha pelas prefeituras, o voto servirá para manifestar o apoio popular aos candidatos comprometidos com as mudanças e para derrotar os conservadores e todos os que de uma forma ou de outra tratam de abortar as conquistas progressistas.

Sem perceber o alcance político do pleito de novembro para o povo, certas forças políticas tentam usar o voto unicamente com o propósito de fortalecer sua própria legenda. Contribuem desta forma para dispersar as correntes democráticas, fazendo portanto o jogo da reação. Neste sentido o voto está sendo mal empregado, não contribui para fazer avançar as lutas populares. A tal ponto vai esta concepção exclusivista que em Cuiabá, por exemplo, o PDT saiu coligado com o PDS, contra o candidato das forças democráticas, Dante de Oliveira. E em Recife, onde os usineiros unem-se para forçar a vitória do conservador Sérgio Murilo, o PCB saiu com um candidato próprio, contribuindo para dividir votos indispensáveis, que podem ser decisivos, para o candidato das forças democráticas, Jarbas Vasconcelos.

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA

Marx já mostrava, no século passado, que as eleições servem como um termômetro para medir a consciência política dos trabalhadores. Uma votação maciça nos candidatos do PMDB em todo o Brasil (que, com pequenas exceções, representa a mais ampla unidade dos que desejam mudar) será por isto mesmo uma demonstração cabal da marcha popular por transformações políticas, econômicas e sociais na sociedade brasileira. Daqui até 15 de novembro, o centro da luta popular se deslocará para a campanha eleitoral. Os operários conscientes, sem abandonar seus sindicatos e suas lutas específicas, empenharão o máximo de esforços nesta batalha. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Trimestralidade já

Houve um acordo de "cavalheiros" para conter o aumento de preço da carne. O resultado é que a carne continua subindo assustadoramente. Não se pode confiar na palavra destes senhores.

Houve um acordo também para baixar os juros. Mas como já era de se esperar, os juros continuam elevadíssimos. Não dependem de um simples acordo deste tipo, enquanto a economia estiver sendo orientada pela dívida externa.

Os preços dos aluguéis e dos gêneros de primeira necessidade, também sobem a ritmos impressionantes. Os tabelamentos do governo são por prazos relativamente curtos.

Mas apesar de tudo isto, as autoridades governamentais, banqueiros e patrões aferram-se à idéia de que os salários devem permanecer tabelados por seis meses. Dizem que reajustes trimestrais causariam transtornos insuperáveis. Os trabalhadores - e todas as pessoas de bom senso - jamais podem aceitar estes argumentos tendenciosos. O que acontece é exatamente o contrário: os juros elevados, a inflação acima dos 200%, combinados com o controle dos salários, causam transtornos a quem trabalha e levam a miséria para o lar dos assalariados. Urge pôr fim a tais despropósitos.

Corrupção X Empresa Estatal

O Ministro da Indústria e Comércio da Nova República, Doutor Roberto Gusmão, acaba de fazer uma grande descoberta - houve corrupção no IBC, IAA e Embratur nos últimos anos. Por meio de empresas especializadas de auditoria, fez um levantamento da situação econômico-financeira dos organismos ligados à sua pasta. A conclusão, alardeada por todos os cantos, é de má gestão, mordomias no Brasil e no exterior, funcionários em excesso, funcionários fantasmas, dívidas não cobradas, contratação inadequada de serviços de promoção e propaganda, empreguismo, desvio de verbas, operações ilícitas, corrupção etc.

A medida foi corajosa e correta. O trabalho foi competente e o diagnóstico perfeito. Cabe ao homem público resguardar os interesses maiores de seu país.

Mas, era de se esperar algo diferente do encontrado? Teria sido efetivamente uma grande surpresa se os órgãos e empresas no período da ditadura tivessem tido uma gestão exemplar, prestado contas de cada centavo gasto, sem interferências políticas, sem mordomias, e um verdadeiro exemplo de administração pública. Aí sim o espanto se justificaria!

A corrupção foi uma expressão dos 21 anos de ditadura

Mas o que ocorreu com esses órgãos foi a exata expressão do que ocorreu no país todo durante o período de exceção. É a própria imagem do desgoverno dos últimos anos que neles se refletiu de maneira clara. Foi essa a marca deixada pelo autoritarismo e pelo regime arbitrário que durante duas longas décadas massacrava o país.

A corrupção reflete fielmente a forma como os detentores do poder usaram do recurso público. A mordomia era a face alegre - para os poderosos de então - da ditadura. Ainda como expressão dos últimos anos, a mordomia deles passou a fazer parte de nosso cotidiano - o poder aproveitava, o povo pagava. E, ainda pior, não podia reclamar. Carros oficiais e motoristas, festas, recepções, viagens, abastecimento familiar exagerado de gêneros alimentícios às custas do erário público, empregados e até mansões, era o mínimo para qualquer ministro. Um deles, em sua mansão, fez até uma piscina em forma de "J" - J de Justo? Não, de Jost!

Mas será o caso, então, de se fechar todos os órgãos e instituições públicas porque foram usados com objetivos totalmente contrários aos interesses do povo brasileiro, por um poder autoritário, discricionário e discriminatório?

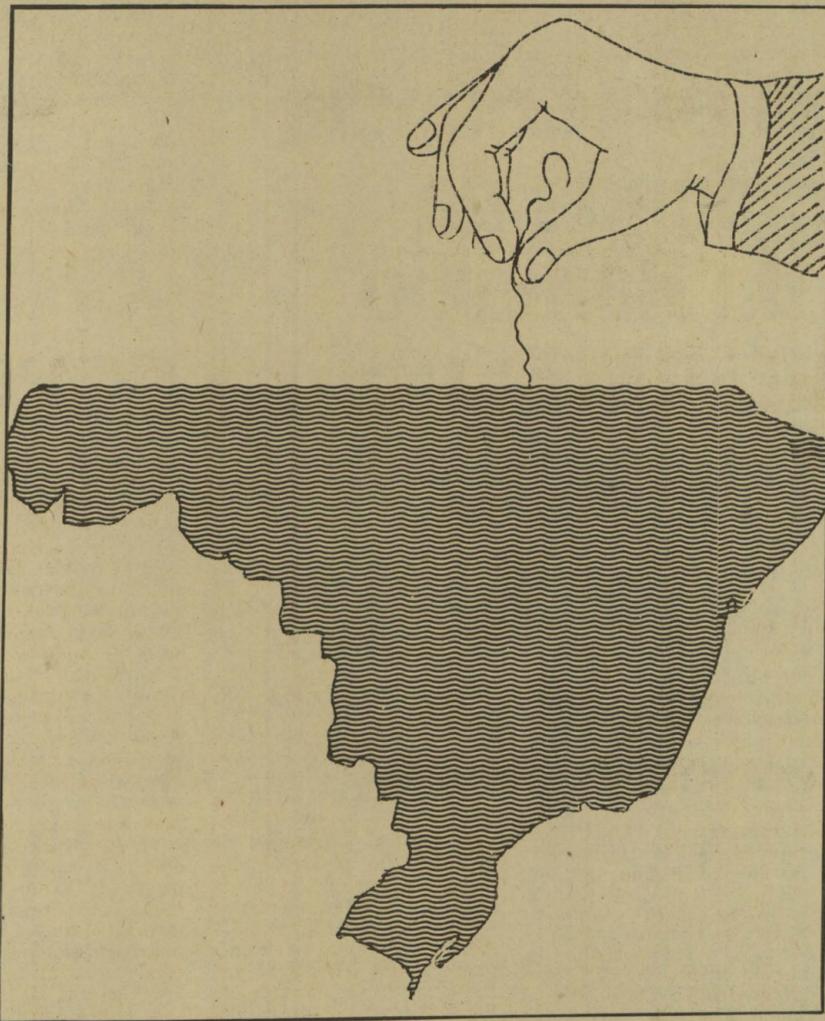
Não, claro que não. O que é necessário, é eliminar de uma vez por todas o regime autoritário causador de todas essas anomalias e distorções. Esta sim é a causa básica, que deve ser combatida.

O regime a serviço da minoria e contrário aos anseios e necessidades do povo brasileiro usou os braços dos organismos já existentes, e criou outros, para servir o monstro insaciável de regalias, poder e prazeres.

Os órgãos não são probos nem corruptos. O sistema que os administra é que pode torná-los instrumentos de justiça ou de corrupção.

Não se pode identificar a corrupção nas estatais e nos órgãos públicos em geral como uma característica inerente a eles. A corrupção identifica-se com o regime de exceção então vigente.

O deputado estadual Walter Lazzarini, do PMDB-SP encaminhou à Tribuna Operária um importante pronunciamento a respeito da campanha contra as empresas estatais. Publicamos abaixo a íntegra deste documento.



Roberto Gusmão faz jogo sujo

Que o Doutor Gusmão, na posição de paladino contra a corrupção não se considere o único nessa luta. Todos os que empunham a bandeira pelas eleições diretas nas ruas e praças públicas, que apoiaram Tancredo Neves na sua caminhada vitoriosa e que o prantearam em seu sacrifício supremo, lutaram pelas mudanças, entre as quais, evidentemente, o fim da corrupção que está infiltrada como um câncer em toda a Nação Brasileira. Essa uma luta de todos nós.

No momento de democracia que vivemos, é fundamental, até para sua consolidação, que a pratiquemos. O exercício da democracia nesse caso, pressupõe a discussão ampla com todos os setores, para uma avaliação completa da situação e para melhor decisão.

No caso do IBC e do IAA, o que pensam os agricultores, os trabalhadores rurais, os comerciantes, os usineiros, e no caso da Embratur, as empresas de viagem, as empresas hoteleiras, a população?

Pedir sinal verde ao rei para decidir é a repetição de um filme de horror que não desejamos ver novamente.

Antes de qualquer decisão de cúpula é necessário a consulta à população, por mais óbvia que à primeira vista possa parecer a resposta. Mesmo eventuais medidas acertadas pressupõem discussão democrática, para que não se igualem ao mesmo autoritarismo de governos anteriores que tanto criticamos e que queremos ver eliminado de nossas vidas.

É muito importante, sim, uma grande mudança no país. A Nova República, apoiada pelos democratas do país, veio para isso. Quanto às questões tratadas, é necessário corrigir erros, mudar os homens, alterar métodos, desativar órgãos, adequar estruturas, eliminar outros.

Muito trabalho as empresas e órgãos estatais já prestaram e vêm prestando. A grande maioria de seus funcionários não participou da orgia, se não como meros e revoltados assistentes, à semelhança do povo brasileiro em relação aos seus governantes do período autoritário.

Quanto sentido patriótico não existe em cada simples funcionário que considera seu trabalho o mais importante dos trabalhos, e o órgão em que serve o melhor da administração? Esse espírito de idealismo e de servir aos interesses da população deve ser preservado na construção de novas gerações, com amor às estruturas, às organizações públicas e ao seu País.

Mas agora mais do que nunca, quando iniciamos a construção de um novo País, é fundamental que se ponha com muita clareza as propostas e intenções. Os homens públicos não podem deixar confundir a opinião pública, aliás o seu papel é exatamente o de esclarecê-la. Esse é o papel de todos nós para que a população, de quem emana o poder, possa decidir o destino que quer para si, através efetivamente de eleições diretas, na construção de uma nova Nação.

É necessário que o Estado tenha instrumentos de defesa de sua economia frente a outros países.

Deixar-se qualquer setor de peso na economia nacional totalmente na mão do setor privado é um risco que o país não pode correr. Sem qualquer instrumento de controle do Estado, uma crise no setor não poderá ser resolvida com o peso do país, mas terá de ser enfrentada apenas pelo setor privado. No caso de prejuízos, o setor privado, pela importância que tem na economia, na geração de empregos e divisas, irá recorrer totalmente ao Estado. Assim, deixa-se a situação ao sabor do livre mercado quando ela é favorável, e distribui-se o prejuízo em caso de crise.

O Dr. Gusmão esconde o seu objetivo real dos brasileiros

O argumento da corrupção para extinção do IBC, IAA e Embratur, mascara a verdadeira intenção que é a de afastar o Estado de qualquer interferência e qualquer ordenamento na vida econômica da Nação. Na verdade está sendo escondido o interesse que é o de privatizar todas as estatais, até chegar-se ao Banco do Brasil, e finalmente à Petrobrás, um objetivo há muito tempo perseguido. E isso o Doutor Gusmão tem que ter a coragem de dizer.

A proposta do Doutor Gusmão de extinção das estatais que foram instrumentos do regime arbitrário e de exceção, é muito simpática aos olhos da população. Fazê-lo com as ligadas à sua pasta, que pode significar perda de poder político, é aparentemente um gesto de despreendimento capaz de conquistar a opinião pública. Entretanto o Ministro Gusmão deve ter a honestidade de dizer que sua intenção é a de privatizar todas as estatais para que essa proposta seja julgada pela população. Esconder seus objetivos é uma posição que não se coaduna com a dignidade que se espera de um Ministro da Nova República.

Uma das marcas registradas de maior presença no regime passado foi a impunidade. Se o maior, o chefe - aliás, os inúmeros chefes - tudo podiam, então cada chefe e sub-chefe também podia. Se a impunidade era aboluta para os governantes que se sucediam no encobrimento da corrupção uns dos outros, suas migalhas também se derramavam sobre os coniventes e os omissos do sistema. Ora, de um país em que os corruptos são premiados e os coniventes condecorados, nada se pode esperar.

Quantos são os escândalos e os crimes sem solução?

Essa situação, entretanto, não é privilégio dos órgãos do Ministério da Indústria e Comércio. É possível, e até provável, que ela tenha ocorrido em todos eles. E não são somente essas as formas de corrupção existentes.

E o desvio de dinheiro público - e quanto! A corrupção foi oficializada. E mais, foi internacionalizada. Havia mesmo a embaixada dos 10%. Assim era conhecida a Embaixada Brasileira em Paris, divulgando no exterior a habilidade do Ministro Delfim Netto, juntamente com a nossa vergonha.

A "aplicação" de dinheiro público para atendimento do interesse de empreiteiras e governos estaduais submissos foi a tônica. A Transamazônica, rodovia que liga o nada a coisa nenhuma, só serviu para figurar como efígie de moedas; sempre interrompida, é hoje um dos símbolos do regime - um caminho do matadouro para onde tocar o sofrido povo nordestino. Ponte Rio-Niterói, que com seu tamanho expressa a corrupção da época, sorvedouro de recursos públicos. Angra dos Reis - o Brasil, o grande país do futuro, entrando na era atômica. Fome, miséria, falta de moradia, escolas, doenças à parte, o Brasil, sob os olhares maravilhados dos militares, adquiriu as usinas nucleares - quantos bilhões de dólares!

Os empréstimos a juros subsidiados, que fizeram grandes impérios no País, grupos crescidos à sombra do privilégio de fundações,

mentos, muitos dos quais nunca seriam pagos. Desvios de crédito rural impediram que os escassos recursos do país fossem aplicados no campo para a produção dos alimentos necessários; transformaram-se em carros de luxo, mansões e viagens ao exterior. E o escândalo do adubo papel, do calcáreo papel e da mandioca, na área rural?

Uma verdadeira enciclopédia de A a Z seria possível somente com os escândalos conhecidos. Quantos ainda surgirão no curso normal das investigações?

Para colaborar com a Nova República e com o Ministro, listo mais alguns: Caso Halles, Banco Econômico, Grupo Lume, Caso Auea, Grupo Lutfalla, Sistema Previdenciário, Coroa Brastel, Caso Laureano, Capemi, Haspa, Letra, Sunaman, Sul Brasileiro, entre outros. Em área mais explosiva, o Rio Centro e o Caso Baumgarten.

As empresas citadas eram à época a expressão do sucesso da iniciativa privada. Muitas delas, em convivência com os órgãos públicos ou estatais, promoveram a corrupção. Pode-se por isso, afirmar que a corrupção é inerente à iniciativa privada? Podem ambos ser condenados? O corrupto e o corruptor era o Governo Federal e o sistema que incentivava a corrupção. Esse é o esclarecimento que deve ser feito.

Conhecidos entreguistas logo apoiaram a desestatização

Surpreendentemente a posição do Doutor Gusmão foi apoiada por dois expoentes da Velha República - o conhecido antinacionalista e entreguista Senador Roberto Campos e o líder do PDS na Câmara Federal Deputado Frisco Viana, que não podem ser considerados os mais audazes defensores da Nova República.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



A evasão escolar alcança 40% das 8 mil crianças matriculadas nas escolas do PEC-Serra do Ramalho

A amarga experiência dos colonos da Serra do Ramalho

Na semana passada um grupo de agricultores do Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho, Bahia, foi encontrar-se com o ministro Pedro Simon, da Agricultura, em Brasília. Os lavradores, inclusive o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Carinhanha, Pedro Sena Dourado, acompanhados do deputado Haroldo Lima (PC do B-Bahia), relataram ao ministro a situação crítica em que vivem.

Cerca de 45 mil pessoas vivem no Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (PEC). Elas elegeram José Barbosa, Geraldo Martins e José Jessé Gomes para representá-las no encontro com o ministro Simon em Brasília, e também para estabelecer os contactos com o Inbra e a diretoria de crédito agrícola do Banco do Brasil.

O PEC abrange uma área de quase 259 mil ha. em Carinhanha e Bom Jesus da Lapa. Dispõe de 23 agrovilas, com lotes urbanos e rurais, estradas, reservas florestais, e conta com assistência de técnicos. Já estão instaladas 2.523 famílias provenientes da própria Bahia e do Paraná, Paraíba etc. O projeto surgiu em 1975 para resolver problemas dos trabalhadores e pescadores expropriados para a construção do Lago do Sobradinho e na busca de solução para conflitos de terra em várias regiões.

SISTEMA MILITAR

Mas em vez de resolver problemas, o PEC criou problemas novos para as famílias ali assentadas. A grande maioria foi forçada, num sistema assemelhado à disciplina militar, a incorporar-se ao Projeto. É o caso da população que ocupava a zona Ribeirinha, hoje coberta pelo Lago do Sobradinho. Pescadores e agricultores de vazantes foram forçados a sobreviver como agricultores de semi-árido. Na época vieram desta região 1.400 famílias. Restam hoje 931. As outras buscaram outro norte.

A evasão na Serra do Ramalho é uma prática diária.

No total das 6.821 famílias assentadas, 1.330 foram embora e apenas 32 retornaram. A divisão do projeto em lotes urbanos e rurais produziu um modelo estranho ao desenvolvimento e à forma de vida das pessoas que integraram-se ao PEC.

Essa metodologia dificulta o desenvolvimento do produtor. Primeiro, pelo tamanho médio

do lote (em torno de 20 ha.) que dificulta uma pecuária complementar da economia. Segundo, porque o fato do agricultor não morar no seu lote o impede de desenvolver uma agricultura de subsistência e também a manutenção de pequenos animais.

Uma pequena parte dos colonos melhorou de vida no Projeto - uns 20% do total. Mas a grande maioria vive de aventura na agricultura, que tem como esteio o algodão e a mamona, e como complemento o feijão de corda e outras lavouras. Impedido de usar o crédito rural e sem outras fontes de renda, o colono desbrava as reservas da mata, tirando madeira de lei para trocar por alimentos com os compradores "faisqueiros", articulados com ex-funcionários de órgãos governamentais, políticos do PDS etc.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica aos colonos é precária. Há somente uma técnica na área social. Na área de produção os técnicos não dispõem de veículos suficientes, os recursos atrasam, estão distantes das informações do mundo científico, e inexistente um debate sobre a problemática da produção na região. Não se encontra nenhuma inovação tecnológica, por mais rudimentar que seja, de destaque e importância para o produtor. Isso reflete na produtividade de certas lavouras, como o algodão. No PEC o algodão rende em média 50 arrobas/ha, quando na região alcança, por baixo, 100 arrobas.

Os colonos queixam-se também dos critérios de financiamento do Banco do Brasil, privilegiando o algodão. Esse caminho da monocultura levará a uma miséria absoluta do conjunto dos colonos se a lavoura for atacada por alguma praga, como o bicudo, ou alguma doença. E se houver superprodução, sem um esquema articulado de comercialização os colonos ficam expostos à ação de atravessa-

dores, que enriquecem às custas do suor dos lavradores.

O crédito rural é o principal instrumento de indução à monocultura. O algodão recebeu financiamento para 6.702 ha., enquanto o milho e mamona ficaram com 3.296 ha. financiados. Mas há uma resistência dos colonos à monocultura e uma busca de alternativas, que pode ser notada na produção de feijão de corda, arroz e mandioca.

No PEC existe a Cooperativa Integrada de Reforma Agrária, que foi à falência, com Cr\$ 1 bilhão e 200 milhões de débitos junto ao BNCC e aproximadamente Cr\$ 800 milhões junto ao Banco do Brasil. E a política de comercialização governamental se deu apenas para o algodão, desprezando o restante da produção agrícola.

CONDIÇÕES DE VIDA

Sobre essa situação econômica, ergue-se uma dramática existência para os colonos. O abastecimento das agrovilas fica por conta da Cobal, que favorece os donos de armazéns. Com isso o colono paga mais caro pelos alimentos. Os armazéns vendem fiado aos colonos com dificuldades financeiras, e acaba onerando-os bastante. Com o tempo, muitos ficam sem ter como fazer novas compras. Conseqüência: só neste ano já morreram cerca de 30 crianças de inanição e, na agrovila 22, cerca de 100 famílias comem milho cozido para não morrer antes que chegue a próxima safra!

O serviço de saúde é mais precário. Apenas um médico atende toda a população. Fica numa unidade desamparada e sem condição de atendimento. As emergências são encaminhadas para Bom Jesus da Lapa. Também o abastecimento de água é problemático, pois o líquido não recebe nenhum tratamento, facilitando a transmissão de doenças.

O sistema educacional é inadequado. Faltam professor bem treinado, currículo sintonizado com a região, merenda escolar, transporte dos alunos, salas de aula, biblioteca etc. A evasão dos 8 mil alunos alcança 40%. E atualmente existem 750 crianças, de 7 a 14 anos, sem matrícula...

Estes são alguns dados levados às autoridades de Brasília pelos colonos, que querem uma solução urgente para seus problemas. (Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Agrícola, Bahia)

Bradesco ataca e rouba posseiros em Correntina

O poderoso Banco Bradesco, um dos mais intransigentes na greve dos bancários, não explora apenas os trabalhadores urbanos. Lavradores dos distritos de Santo Antônio e Rio do Meio, em Correntina, interior baiano, denunciaram recentemente que a empresa Bradesco Capitalização S.A., de propriedade do grupo financeiro, está tentando expulsar 100 famílias de posseiros do local. Na ação a empresa conta com capangas armados que praticam diversas violências contra os trabalhadores.

AMEAÇA E VIOLÊNCIA

No último dia 9, os posseiros João Batista Pereira, 32 anos, e Alcebiades Alves de Oliveira, 34 anos, estiveram em Salvador para denunciar a situação na localidade. Também solicitaram o resultado da vistoria na área do Bradesco, feita em julho pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Instituto de Terras da Bahia.

Os posseiros são herdeiros das terras dos bisavós, há 100 anos, possuindo carta de anuência da área. A grilagem começou em 1980, com Roberto Souza Leão comprando direito de propriedade de alguns lavradores. Neste mesmo ano, o grileiro vendeu as terras para o Bradesco, que iniciou o processo de ampliação da grilagem. Inicialmente a

empresa utilizou de ameaças para ampliar seus domínios, visando plantar eucaliptos e cajueiros. Os posseiros resistiram. Mas agora em março o Bradesco entrou com um processo irregular na justiça e, para surpresa de todos, o juiz Valmir Santos concedeu-lhe liminar favorável.

Foi com base nessa liminar que o Bradesco aproveitou para praticar uma série de violências covardes contra posseiros. Muitas cercas foram destruídas e roubados os arames pelos encarregados da empresa Florêncio de Almeida e José Francisco, o "Zezeca". As estradas foram fechadas com cancelas e guardas armados impedem a passagem dos trabalhadores.

Os trabalhadores da localidade enviaram em agosto uma carta ao presidente do Bradesco, o banqueiro Amador Aguiar, relatando a situação e pedindo providências - mas nada foi respondido. As esposas dos perseguidos também enviaram uma carta ao ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro onde afirmam: "Estamos nós e muitos outros presos dentro de nossas próprias casas. Eles agora querem levar tudo com o trator. Pedimos pelo amor de Deus que nos ajude com alguma providência. Nossos filhos precisam comer. Nós precisamos de terra para viver." (da sucursal)



Foto: Vilmar Tavares

Na combativa greve dos motoristas, passeata pelas ruas do município

Comerciários e condutores realizam greves em Pelotas

Após realizarem uma massiva assembleia, com 1600 trabalhadores presentes, os comerciários de Pelotas, no Rio Grande do Sul, iniciaram no último dia 10 uma coesa greve reivindicando reajuste salarial de 100% e redução da jornada de trabalho nos supermercados. A paralisação, fruto da mobilização crescente da categoria e da boa preparação da campanha salarial, tem tudo para obter a vitória nas suas reivindicações.

Desde o início o patronato procurou de todas as formas evitar a greve. Numa tentativa de dividir a categoria, atendeu as reivindicações apenas para os comissionistas. Também veiculou notícias falsas pela imprensa reacionária e através de seus representantes no legislativo municipal (vereadores Mansur Macluf, Teófilo Salomão e Luis Brandão).

CONDUTORES VENCEM

Com a paralisação os comerciários emergem de um período de refluxo. A última greve, em 1979, não conseguiu unir a categoria e teve resultados frustrantes, desmotivando a classe. Ultimamente, no entanto, o Sindicato dos Comerciários de Pelotas e a Federação estadual desenvolveram intensa campanha reivindicatória, conseguindo mobilizar novamente a categoria. Segundo José Carlos Schulte, presidente da Federação dos Comerciários, "este é o início do despertar em todo o Estado."

O despertar grevista atingiu também os motoristas e cobradores do mesmo município, que após sete dias de paralisação obtiveram sucesso nas suas reivindicações. Segundo avalia Antônio Carlos dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Transportes Rodoviários de Pelotas, "a greve foi amplamente vitoriosa. Conseguimos conquistar de 90 a 95% das nossas reivindicações".

Desde o primeiro dia de paralisação, em 29 de agosto, a adesão dos trabalhadores foi massiva, parando os ônibus urbanos e intermunicipais e isolando Pelotas das outras cidades da região. Nem mesmo a violenta repressão policial no último dia de greve, em 4 de setembro, desencadeada pelo batalhão de choque da Brigada Militar a mando dos empresários, conseguiu conter a disposição dos grevistas. Como resultado da agressão, mais de 20 ônibus foram apedrejados pelos populares.

Outra importante vitória do movimento paralista é que desta vez o aumento salarial conquistado não será repassado para a população. O prefeito Bernardo de Souza anunciou que fará cumprir a lei municipal que determina o reajuste das passagens em maio e novembro, batendo o apoio unânime às assembleias de bairros e das entidades sindicais (foto: Vilmar Tavares, da sucursal de Pelotas)

Petroquímicos mantêm greve em Camaçari

Os operários químicos e petroquímicos de Camaçari, em greve há mais de 15 dias, resistem à intransigência patronal, apesar de 160 demissões ilegais em diversas fábricas. No dia 9, cerca de 2.500 trabalhadores participaram de uma assembleia decidindo pela continuação do movimento, esperando um motivo decisivo, que seria uma resposta dos patrões às suas reivindicações, para voltar ao trabalho.

Os patrões querem a qualquer custo que as fábricas voltem a funcionar... Para tanto colocaram trabalhadores inexperientes para operar máquinas. O Sindi-química, em vista dessa situação, alertou que poderia haver sérios acidentes. Denunciou também que algumas fábricas produzem gases perigosíssimos, como a Agrinor, que produz HCN, produto letal, usado inclusive pelos nazistas para exterminar judeus.

No dia 10, nove fábricas continuavam paradas, demonstrando a força dos operários. Os grevistas reivindicam a estabilidade no emprego, a reintegração dos demitidos e o atendimento do adicional de turno em 88,5%, enquanto os patrões não saíram da sua contraproposta inicial de 76,8%.

Os patrões têm se utilizado de métodos terroristas, fazendo ameaças e pressões contra as famílias dos trabalhadores. Seus funcionários de confiança percorriam as casas dos grevistas, assustando suas mães e mulheres, chantageando com a possibilidade do operário ficar desempregado e da família passar fome. (da sucursal)

Festa mostra o apoio à Chapa 2 dos motoristas

Em clima de vitória, cerca de 1800 motoristas de São Paulo participaram da festa de lançamento da Chapa 2, "Unidade, Organização e Luta" de oposição à atual diretoria do Sindicato da categoria, no dia 7 de setembro.

Organizada para lançar publicamente a Chapa e arrecadar fundos para a campanha, a iniciativa cumpriu plenamente os seus objetivos. Até à véspera, no dia 6, já haviam sido vendidas cerca de 1200 canecas de chope, dentro da própria categoria, arrecadando fundos para a campanha eleitoral. No decorrer da festa mais 800 canecas, aproximadamente, foram vendidas.

O sucesso da comemoração, realizada no interior do Sindicato, atesta as grandes possibilidades de vitória da Chapa 2 e a sua penetração dentro da categoria. Formada por ativistas de base e alguns membros da atual diretoria, com atuação destacada em campanhas salariais e lutas por empresa, a Chapa 2 vem atraindo também o apoio de diversos sindicalistas, que estiveram presentes ao lançamento.

As eleições, marcadas para outubro, vão conferir a grande insatisfação com o imobilismo que a atual diretoria imprimiu ao Sindicato.

2 mil no ato por reforma agrária em Pacajus - CE

Portando faixas que exigiam uma pátria sem FMI, mais de 2 mil camponeses de Pacajus, Ceará, realizaram um ato pela reforma agrária, moralização da administração pública e por um preço justo para a castanha de caju, dia 1º de setembro. O presidente da Fetraece, Eurico Matias, foi enfático ao afirmar que "se a reforma agrária não sair, o movimento sindical vai fazer a reforma agrária na marra".

João Nepomuceno, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pacajus, questionou sobre o paradeiro do dinheiro mandado pelo Sudene para a reconstrução de casas no distrito. Cabe ao prefeito José Wilson dar a resposta à pergunta, feita em praça pública.

O Centro Popular de Mulheres foi das entidades que mais se empenharam na realização do ato. (foto: Vilmar Tavares, da sucursal de Fortaleza)

A água não é tratada e a população carece de um atendimento médico mais eficiente



A poderosa greve dos bancários

Ao fecharmos esta edição, já era possível concluir com segurança que os bancários brasileiros obtiveram uma importante vitória: pela primeira vez após o golpe militar a categoria paralisou o sistema financeiro em todo o país, numa greve vibrante e madura. Segundo o Comando Nacional da Greve, 80% dos 700 mil bancários aderiram ao movimento nacional.

Tendo como principal reivindicação a incorporação da antecipação salarial de 25%, concedida em julho e agosto, o movimento paralisou o sistema financeiro rapidamente pelo país. A categoria, que entre março de 83 e março de 84 perdeu 47,39% do seu poder aquisitivo, explodiu sua revolta na paralisação e em contagiantes manifestações de rua em todos os Estados da Federação.

Na capital paulista, principal centro financeiro do país, a assembléia na noite do dia 10, com mais de 40 mil bancários, evidenciou a coesão e organização da categoria. Já na madrugada de quarta-feira, os "comandos de esclarecimento" paralisavam vários bancos no período noturno. Pela manhã as ruas do chamado centro velho, a "Wall Street" brasileira, já estavam tomadas de bancários que se recusavam a entrar nos estabelecimentos de trabalho.

Durante todo o dia os grevistas demonstraram grande maturidade. Conforme orientação do Comando Nacional da Greve, os piquetes não aceitaram qualquer provocação, evitando a repetição de quebra-quebra da greve bancária de 79. Na rua Líbero Badaró um grupo de piqueteiros chegou a deter um provocador com pedras na mão. O caráter ordeiro da paralisação foi elogiado inclusive pelo secretário de Segurança de São Paulo. Michel Temer confessou ao Comando de Greve que se surpreendeu com a postura firme e tranquila dos grevistas. O delegado Regional do Trabalho, José Carlos Stein, chegou mesmo a parabenizar os bancários pela brilhante condução de "uma greve ordeira".

Gerentes aderem à greve contra a perda salarial

Segundo cálculos do Sindicato, dos 162 mil bancários da capital e de outros 25 pequenos municípios da base sindical, cerca de 130 mil pararam já na manhã do dia 11. Só em poucas agências da periferia, na CTO do Itaú (com 12.800 funcionários), e no Bradesco da Cidade de Deus (com 10.500 empregados) a paralisação foi parcial.

O grosso da categoria estava disposto a parar. Gerentes e chefes de várias agências, inclusive incentivaram a adesão ao movimento, descontentes com a queda salarial dos últimos anos. "Cada ano a gente se empobrece mais, enquanto os banqueiros têm altos lucros", comentou um gerente do Banco Bandeirantes, da rua Boa Vista, com 38 anos de casa. Bastante alegre, elogiava a organização do movimento e brincava: "Em tantos anos de bancário, é a primeira vez que digo não ao banco. Isso me dá grande emoção". Outro bancário do Bandeirantes, subalterno do gerente, não se inibe: "Nesta greve junto toda a classe, dos que ganham menos aos que ganham um pouco mais. É que a miséria é muita".

Nos bancos do centro velho, onde trabalham 38 mil bancários, as entradas de cada estabelecimento eram bloqueadas por grandes grupos de grevistas. Às 19 horas, uma passeata se dirigiu para fechar o centro de compensações do Banco



Terça-feira: consenso na decretação da greve paulista; na manhã seguinte a vibração nos piquetes

do Brasil, na rua Líbero Badaró. O policiamento que se encontrava no local foi isolado por mais de 5 mil bancários que fizeram discursos e dançaram samba. A ação da PM, no dia 11, foi preventiva, apenas acompanhou de longe a movimentação.

Segurança dos bancos reprimem e pressionam

Já na quinta-feira, dia 12, o policiamento se fez mais presente, ocupando as portarias dos bancos e inibindo a ação dos comandos de esclarecimento. Apesar disto, não há notícia de qualquer violência. A repressão ficou por conta da segurança interna dos próprios bancos. O Itaú, que tem cerca de 2 mil vigilantes, foi o mais repressivo. Na agência da General Carneiro, um vigia chegou a agredir um diretor sindical. Outros bancos fizeram cárceres privados, impedindo que vários funcionários fossem dormir em casa ou saíssem das agências.

Contudo, a greve no segundo dia se manteve estabilizada. E houve até um pequeno crescimento, com a realização de piquetes do CTO Itaú e na Cidade de Deus, que resultaram na adesão de 50% dos funcionários. No restante das cidades do interior paulista a greve foi um sucesso. Mesmo os municípios com pequena mobilização bancária, os funcionários pararam quase que espontaneamente. Só em três cidades a paralisação foi fraca.

O fator principal de motivação dos bancários é que desta vez a greve é nacional. A cada informação de um novo Estado paralisado a multidão presente nas assembléias e piquetes explodia de contentamento. Das 141 entidades sindicais de bancários do país, incluindo as Federações e a Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito), quase nenhum se colocou frontalmente contra a movimentação paredista.

Goianos impedem manobra contra a paralisação

Onde isto ocorreu a categoria passou por cima da direção sindical, motivada pelo sucesso da movimentação dos outros Estados. Exemplo disto ocorreu em Goiânia, onde a diretoria tentou de todas as formas evitar a greve. Depois de muita manobra, os mil bancários presentes na assembléia aprovaram a paralisação apenas no Centro de Processamento do Banco do Brasil. Mas já na madrugada seguinte os bancários do BB saíram em piquetes pelas ruas da cidade, e paralisaram quase que totalmente o sistema bancário da capital. "Banqueiro salafário, devolva o meu salário", era a palavra de ordem dos

OPINIÃO

Lição de unidade

A julgar pela nota oficial que o Palácio do Planalto emitiu no fim do primeiro dia de paralisação nos bancos, o governo anda pessimamente informado sobre o que se passa nos meios assalariados. "A grande maioria dos bancários - diz o texto - não deseja a greve que está sendo manipulada e imposta por uma minoria ativista". Até parece que voltamos à velha desculpa da ditadura, de que as greves seriam maquinações de "radicais".

Ora, senhores! Não sabemos como faz o SNI para apurar o que "desejam" os trabalhadores, mas há fatos contra os quais não existem argumentos: quatro quintos dos bancários do país aderiram à greve, voluntariamente; as assembléias são as mais concorridas da história da

categoria; e em todas há uma unidade como poucas vezes se vê no movimento sindical.

Reside justamente aí a força do movimento: unidade entre os Estados e dentro do comando geral de greve; unidade entre as distintas correntes partidárias e sindicais, entre CUT e Conclat, Sindicatos e Federações; unidade, sobretudo, na base da categoria - por cima das diferenças hierárquicas que os banqueiros inventam para facilitar a exploração.

Independente do resultado final - que esbarra na intolerância dos patrões -, este êxito a greve já garantiu. E ele fica como lição preciosa para todas as demais categorias assalariadas, na luta difícil, de classe, que precisam travar para fazer frente à exploração capitalista.

grevistas. No Rio de Janeiro, segundo centro bancário do país que juntamente com São Paulo controla 70% das transações financeiras nacionais, a paralisação foi total. Cerca de 12 mil soldados da PM policiaram as principais concentrações bancárias locais mas não houve tumulto ou agressões.

Em Belo Horizonte, após uma assembléia com 5 mil presentes, os piquetes paralisaram todo o sistema, atingindo os 11 mil bancários da capital. A paralisação atingiu também Juiz de Fora e Ouro Preto. Já na Bahia, as 250 agências bancárias de Salvador foram fechadas e 17 mil bancários aderiram à greve. O governo colocou 6.500 PMs nas ruas, mas não houve repressão. A presença maciça de bancários nas ruas impediu a violência policial. Só no Bradesco da avenida Estados Unidos foi formado um piquete com mais de mil bancários.

No Ceará 80% da categoria paralisou, com 230 das 270 agências bancárias de Fortaleza, cerrando suas portas. Piquetes com charangas percorrem toda a cidade, sempre com mais de 200 participantes. Até os funcionários da Caixa Econômica Federal, que não pertencem a categoria, entraram em greve na manhã do dia 11, em solidariedade ao movimento dos bancários. No Piauí a diretoria sindical também vacilou na decretação da greve, mas foi empurrada pela categoria. Após o meio-dia de quarta-feira quase todos os bancos da capital já haviam parado, um fato inédito na história da cidade. Já em Sergipe, dos seis mil bancários espalhados pelo Estado, sendo que 4 mil estão lotados nas 34 agências de Aracaju, mais de 80% cruzaram os braços. Um velho militante sindical registrou satisfeito: "Depois de 21 anos voltamos a fazer

uma greve nacional da categoria. Retomamos nossa tradição de luta". Nos outros Estados a paralisação também foi quase total.

A greve nacional, iniciada na madrugada do dia 11 e prevista para durar três dias, deixou evidente a revolta da categoria e colocou em cheque a ganância dos banqueiros. Os poderosos donos de bancos, que aumentaram seus lucros em 5,585% apenas no período de 81-84 (ver ao lado), foram desmascarados como intransigentes, agiotas, e um dos principais responsáveis pela miséria e crise que o país enfrenta.

Banqueiros não aceitam proposta conciliatória

Dada a forte adesão ao movimento, que paralisou o sistema financeiro e tem efeito brutal sobre a economia nacional, é previsto que a greve tenha desfecho rápido. Até o fechamento desta edição os banqueiros se recusavam a negociar, e inclusive rejeitaram uma proposta de conciliação feita pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, de escalonar a incorporação dos 25%. Mas, conforme avaliam as lideranças do movimento, o patronato não poderá sustentar a intransigência por muito tempo. "O fundamental é que o governo garanta o nosso livre exercício do direito de greve. Só isto basta para dobrar os patrões", garante um membro do Comando Nacional da Greve.

ERRATA
Uma vírgula lamentavelmente mal colocada na chamada de capa da edição passada atribuiu aos banqueiros um lucro líquido de 5,58% entre 1979-1984, o que não corresponde à realidade. O número correto é 5,580%, que dá a verdadeira dimensão do superlucro e da concentração de capital no setor financeiro.



Os bancos jogam duro

Desde o início, estava claro que os bancários teriam pela frente uma parada dura. Eles teriam de se deparar com a parcela mais concentrada, rica, poderosa e arrogante da burguesia - os banqueiros. Os acontecimentos confirmaram esta previsão.

Na véspera do dia da greve, terça-feira dia 10, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo ainda fez uma tentativa conciliatória: parcelar em duas vezes a incorporação dos 25%. O ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho, elogiou a sugestão. Os representantes dos trabalhadores mostraram-se flexíveis. Mas os banqueiros não quiseram conversa.

No mesmo dia, em Brasília, o TST fazia uma proposta no mesmo sentido e os bancos chegaram até a considerá-la aceitável. Mas quando os líderes dos assalariados disseram - Tudo bem, assinem a proposta que nós nos comprometemos a defendê-la nas assembléias -, os banqueiros logo deram o dito por não dito. Tudo não passava de uma arapuca, visando confundir as assembléias com uma promessa verbal que não seria levada à prática.

Deflagrada a greve, os banqueiros tentam vender para a opinião pública a ideia de que os bancários estão agindo impatrioticamente, ao reivindicarem aumentos nos seus salários, sem pensarem nas consequências desastrosas que isto traria para a inflação. Esta tese tem também seus porta-vozes no governo, onde os bancos continuam a exercer forte pressão.

Isto porém é mentira. O aumento salarial dos bancários não incidirá sobre a taxa inflacionária e sim sobre o lucro dos banqueiros. E estes lucros, com a astronômica taxa de juros que está em vigor atualmente, dariam com farta sobra para atender às reivindicações dos trabalhadores.

Só no primeiro semestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 1984, os 20 maiores bancos comerciais privados que já publicaram seus balanços tiveram um aumento real de 58,7% na sua lucratividade (veja tabela). Por coincidência, a informação foi publicada no primeiro dia da greve, discretamente, pela "Gazeta Mercantil" - jornal do banqueiro e deputado do PFL Herbert Levy, destinado a uma seleção platêia de capitalistas. Em 1984 os lucros líquidos

Os lucros dos banqueiros durante o primeiro semestre cresceram em média 57% descontada a inflação

	Lucro líquido, em bilhões no primeiro semestre		Aumento real
	de 84	de 85	
Bradesco	112,5	831,4	129,9%
Itaú	65,7	411,1	94,7%
Nacional	7,4	43,8	83,9%
Unibanco	21,1	103,6	53,0%
Citibank	18,9	47,3	22,0%
Real	11,1	47,9	34,4%
Safra	72,2	119,4	-47,8%
Bamerindus do Brasil Econômico	6,2	89,3	348,2%
Mercantil de S.P.	27,1	130,3	49,5%
Francês e Brasileiro	8,4	67,7	151,2%
Comind	10,2	36,3	10,4%
Sudameris	7,0	8,1	-64,0%
Lar Brasileiro	1,1	13,3	290,9%
Noroeste	1,4	-34,6	-853,0%
América do Sul	3,1	16,9	72,3%
PCN	3,0	17,2	78,5%
Auxiliar	11,0	41,1	16,5%
Boston	8,9	6,0	-79,1%
Lloyds Bank	4,9	14,2	-10,3%
	3,8	50,3	309,8%

Fonte: "Gazeta Mercantil", 11 de setembro de 1985; os bancos estão ordenados segundo o volume dos depósitos totais no 1º semestre de 85

dos cresceram de Cr\$ 404 bilhões para Cr\$ 2.061 bilhões - o que dá um aumento de 410%. Descontada a inflação de 221,4% no período, chega-se ao aumento real de 58,7%. Quem mais lucrou foi o Bradesco, que computou um resultado líquido de Cr\$ 831 bilhões, com crescimento real de 129,9%. O Itaú, segundo colocado, embolsou Cr\$ 411 bilhões, registrando aumento real de 94,7%.

Não por acaso a opinião pública está com a greve

É interessante comparar as reivindicações da greve, como o piso salarial de Cr\$ 1.170.000, com estas cifras alucinantes - arrancadas às custas dos baixos salários dos bancários mas também pela exploração do conjunto dos trabalhadores produtivos do país. Mas os banqueiros ainda acusam de "impatrióticos" os assalariados que reivindicam a reposição de uma parcela do poder de compra que perderam nos últimos anos!

Diante de tanta desfaçatez e arrogância dos banqueiros, não há como não recordar a frase do velho socialista utópico Proudhon, há mais de um século e meio: "Crime pior do que assaltar um banco, é fundar um banco". É por isso que, apesar de bombardeada pela máquina publicitária anti-greve dos meios de comunicação, a opinião pública mantém uma atitude de simpatia e solidariedade aos grevistas. Ocorre que todos os meios de comunicação e todos os meios de produção e distribuição de bens e serviços são controlados pelos banqueiros e seus aliados. Em 1984 os lucros líquidos

Das 62 mil empresas de S. Paulo, só 38 têm creches

A Comissão de Creche do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo realizou um levantamento sobre os berçários/creches nas empresas privadas do Estado, onde constatou que: 1. não há nenhum órgão público, sindical ou privado que cadastre esses berçários/creches; 2. são 38 empresas privadas em todo o nosso Estado que mantêm seus próprios berçários/creches; 3. isso não representa mais que 0,05% de um total de aproximadamente 62 mil empresas no Estado de São Paulo; os empresários, ao fazerem os

berçários/creches nas suas empresas, são movidos por razões tais como: garantir a assiduidade e o desempenho profissional da trabalhadora; aumentar a produtividade e reduzir acidentes de trabalho; a principal razão alegada é que os convênios com creches particulares ou comunitárias não funcionam, porque: a) existem poucas creches autorizadas a fazer convênio, localizadas nas proximidades das empresas; b) a distância entre a creche e o local de trabalho é muito grande; c) os horários de trabalho da mãe e de funcionamento da

creche não são compatíveis. Por deficiência da própria legislação e ineficiência da fiscalização, a maioria das empresas cumpre a lei sobre creches apenas de maneira formal, utilizando-se dos chamados convênios fantasmáticos.

Procuramos conhecer algumas dessas creches que fazem convênios com as empresas, mediante contratos. Verificamos que nelas uma vaga é reservada pelo preço irrisório de Cr\$ 2.500 a Cr\$ 4 mil por mês, e que muitas delas chegam a reservar 400 vagas, quando sua capacidade de lotação não ultrapassa 40 berços.

Para corrigir tal situação, elaboramos propostas de alteração da lei que ampliem a faixa etária das crianças. O fato da lei atual prever o atendimento da criança apenas até os 6 meses de idade, desestimula tanto os empresários como as mães trabalhadoras de implantação de berçários nas empresas. Tanto é que as próprias empresas que têm construído esse benefício procuram ampliar o atendimento

às crianças até a idade maior (dez destas 38 empresas atendem as crianças até 6 anos de idade).

Outra mudança necessária refere-se aos convênios. Estes não podem continuar sendo celebrados de acordo com a vontade dos empresários. É necessário estabelecer critérios rigorosos para sua realização, tais como comprovação da total impossibilidade das empresas de construir seus berçários/creches. Essa comprovação deverá ter o parecer técnico dos Ministérios do Trabalho e da Saúde. Finalmente, temos que garantir uma fiscalização eficiente que deve ser feita através do Ministério do Trabalho e de suas delegacias regionais. Essa nossa proposta de mudança da legislação tem sido amplamente debatida com todos os setores interessados, em particular o movimento sindical.

(Maria Amélia de Almeida Teles, coordenadora da Comissão de Creche do Conselho da Condição Feminina)



Operárias amamentam os filhos na indústria: direito elementar

União de Mulheres organiza o boicote à carne verde no Cabo

Na cidade do Cabo, Pernambuco, a Comissão pró-União de Mulheres está comandando uma luta contra o aumento extorsivo da carne e sensibilizando as donas de casa e toda a população. A palavra de ordem é boicote à carne verde até o preço baixar.

Dia 31 de agosto, quando foi deflagrado o movimento, houve manifestação na feira local, que se repetiu na feira do dia 6, com faixas, distribuição de panfletos e coleta de assinaturas para um abaixo-assinado que será enviado ao ministro da

Agricultura.

A criatividade funcionou. Donas de casa providenciaram várias receitas à base de legumes e peixes e distribuíram à população como alternativa ao consumo da carne no período de boicote. Não houve receitas suficientes para todos, mas inúmeras pessoas mesmo assim registraram seus nomes no abaixo-assinado.

A grande maioria da população já não come carne há muito tempo. A Comissão pró-União de Mulheres do Cabo está preocupada com a continui-

dade da luta, que sacudiu uma grande parcela de mulheres oprimidas, maltratadas pelo trabalho doméstico, enfadonho.

Nasce nesta luta contra o aumento da carne a consciência da necessidade de lutar contra todos os aumentos abusivos, contra a carestia que reduz cada vez mais o poder de compra. Começa a ser compreendida a necessidade do reforço à luta pela reforma agrária, pois sem terra para o povo plantar, a carne, o feijão, as verduras se transformam cada vez mais em artigos de luxo, só

para ricos.

A Comissão pró-União de Mulheres do Cabo conclama todas as entidades de mulheres a puxar manifestações, protestos etc. contra o aumento da carne, enviando-os ao ministro da Agricultura.

Várias alternativas estão sendo encaminhadas pela comissão junto à divisão de abastecimento da Prefeitura do Cabo para minimizar a situação de carência alimentar da população. (Ana Magalhães, Comissão pró-União de Mulheres do Cabo - Pernambuco)

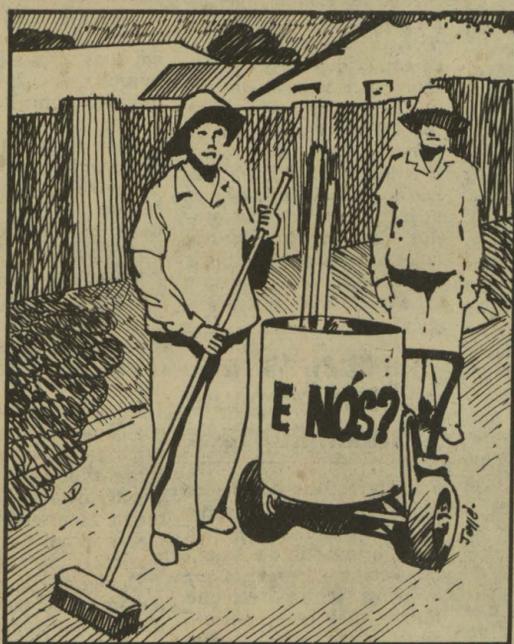
Varredeiras exploradas em Paratinga

Quero denunciar de maneira nítida e concreta a discriminação que estão sofrendo as varredeiras de ruas de Paratinga, Bahia. São pessoas responsáveis pela limpeza da cidade que, entretanto, estão percebendo um mísero salário de Cr\$ 8 mil semanal, sem nenhuma proteção, sem estabilidade no emprego, assistência médica ou Carteira assinada. Sofrem a maior exigência e humilhação perpetradas pelo Sr. Zeferino, comandante de destacamento de limpeza de ruas.

Uma das varredeiras me afirmou que em sua casa são cinco pessoas, e o dinheiro que ela recebe não supre suas necessidades mais essenciais. Será que o chefe do Executivo é míope? Que não vê a situação? O pre-

texto da atual administração é que na administração precedente essas mesmas varredeiras recebiam um salário de Cr\$ 2 mil por semana. Mas mesmo com o atual salário, de Cr\$ 8 mil, não há como esconder um descaso total do prefeito pelo serviço prestado. Nenhum serviço é vil. Seja ele de um presidente da República ou de um humilde varredor de rua. Cada um tem o seu valor e o direito deve ser respeitado.

É necessário que o Ministério do Trabalho tome uma providência de caráter inadiável para amenizar essa situação. Coisas dessa natureza devem ser cabalmente repudiadas pela opinião pública. Vamos lutar com tenacidade, de maneira organizada, para pôr fim a esta situação. (A.E.C.C., Paratinga, Bahia)



Falso socialismo da Costa Rica serve aos EUA

Em seus netastos planos para derrubar o governo sandinista, o governo norte-americano está ganhando um novo e importante aliado: a Costa Rica. Trata-se de um estratégico país, localizado ao sul da Nicarágua. Até há pouco, o governo costarricense mantinha relativa neutralidade na região. Após a subida de Reagan, principalmente a partir de 1982, as pressões começaram a se fazer sentir com maior intensidade.

A Costa Rica é o único país da América Central que não tem exército - foi dissolvido em 1949. Conta somente com uma Força de Segurança, estimada em 13 mil homens. No entanto, ultimamente os assessores militares norte-americanos começaram a invadir o país e promover

diariamente que a Costa Rica está em perigo, que a Nicarágua está para invadi-la etc. O próprio governo norte-americano instalou, sob seu controle, a Rádio Costa Rica, que transmite para toda a região seus propósitos belicistas.

O governo norte-americano não conseguiria transformar a Costa Rica em ponta de lança para a invasão da Nicarágua se não encontrasse aliados neste país. E esses aliados são a burguesia costarricense e o governo do presidente Luis Alberto Monge.

Monge tem declarado que a Costa Rica tornar-se-á um país inviolável se não for socorrida pelos Estados Unidos. Fala isto porque a dívida externa do país está na casa dos 3,5 bilhões de

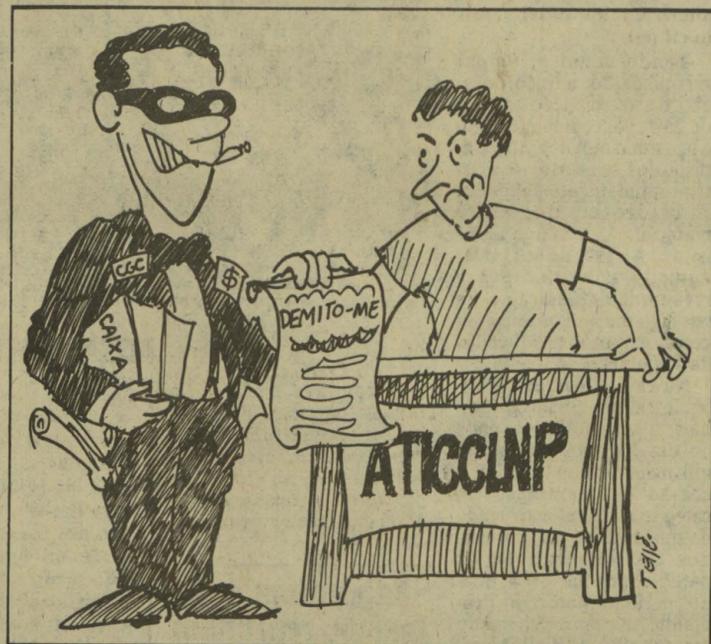
dólares, cifra bastante elevada, já que a população do país não chega a 3 milhões de habitantes. Por isso Monge cai de joelhos diante das pressões da Casa Branca, mostrando que um país, para ser independente, não pode se curvar aos banqueiros internacionais.

Entretanto, há um fato igualmente importante, que deve ser denunciado: Monge é um social-democrata e seu governo tem o apoio da Internacional Socialista, chefiada por Willy Brandt. Errobra se dizendo socialista, o governo de Monge comprova mais e mais quem o "socialismo" da social-democracia serve: aos altos interesses do capital financeiro internacional. (N.T., Curitiba, Paraná)

Não basta a existência de leis. É necessário que as leis sejam cumpridas. O Conselho da Condição Feminina de São Paulo denuncia que, no maior centro industrial do país, apenas 38 empresas cumprem a lei de creche! No Paratinga, uma varredeira ganha míseros Cr\$ 32 mil por mês. Na cidade de Dona Inês, quem apóia a reforma agrária é demitido... Alguns depoimentos do povo nesta semana. Na próxima, escreva você também, dê o seu recado no Fala o Povo.



fala o Povo



Malufista demite quem apóia a reforma agrária

Três funcionárias da prefeitura de Dona Inês, Paraíba, foram demitidas pelo prefeito José Eugênio Cabral de Melo, ligado ao malufista Clóvis Bezerra, ex-governador que apóia o governador Wilson Braga.

O motivo para tal atitude foi a participação das funcionárias Josefa Elias Teixeira, Maria José Elias Teixeira e Lourdes de Azevedo Maia no ato pela reforma agrária, realizado em João Pessoa com a presença de 10 mil pessoas.

Estas demissões revelam como os latifundiários e seus prepostos tratam aqueles que apóiam a reforma agrária, e o quanto esta luta necessita de respaldo. Mas este fato serve também para mostrar a falsidade dos malufistas, que até o último momento expressaram seu voto, de forma rancorosa, contra Tancredo Neves, como fez o filho de Clóvis Bezerra, depu-

tado estadual Afrânio Bezerra, no Colégio Eleitoral.

Quando do ato pela reforma agrária em João Pessoa, o malufista Wilson Braga, abusando de sua demagogia, dirigiu-se aos milhares de camponeses e trabalhadores urbanos, num discurso pretensamente progressista e contra os usineiros!!! Acontece que Braga quer se eleger senador nas próximas eleições, e fazer sua mulher, Lúcia Braga, deputada federal. Por isto aproveitou a grande concentração popular para fazer sua campanha.

Mas entre o discurso e a prática há uma distância muito grande. Enquanto Braga discursava, seus cabos eleitorais vão demitindo, intimidando; e o assassinato da líder camponesa Maria Alves vai caindo no esquecimento...

(colaborador da T.O. em Dona Inês, Paraíba)

Vigarista usa entidade operária para dar golpe

Através de uma liminar concedida pelo Juiz da Comarca de Caraguatuba, conseguimos anular dia 25 a assembleia de fundação da Associação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Litoral Paulista. Na verdade, esta entidade seria paralela à Associação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Litoral Norte Paulista, presidida por Bento Salles Pontes.

Manoel David Alves, que estava organizando a associação paralela, estava usando o CGC da outra associação. Manoel David, participou da fundação da Associação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, mas demitiu-se da função de vice-presidente da entidade pouco depois. Levou consigo uma série de documentos e cheques da associação, bem como estatuto, carteirinhas, ficha e cartão do CGC, talões de recibos de mensalidades, etc. Isso em julho de

1983. Em novembro de 1983 foi aberto inquérito policial contra Manoel David, mas esse inquérito está parado na promotoria desde janeiro de 1984. Agora, utilizando-se do CGC da primeira entidade, ele tenta formar outra igual, trocando apenas a denominação "Civil" por "do Mobiliário".

Segundo um dos oficiais de justiça, Manoel David apresentou um outro CGC diferente daquele utilizado em seus impressos (da antiga associação). No entanto o cheque emitido por Manoel à Gráfica Indaiá pertencia à associação presidida por Bento Pontes. Na verdade o outro CGC apresentado ao oficial de justiça é de uma terceira associação, fundada pelo mesmo Manoel David em São Sebastião, onde viveu por algum tempo. Depois dessas, até o PT expulsou Manoel David de suas fileiras, onde militava. (B.S.P., Caraguatuba, São Paulo)

"Sou um operário do mar e fiz um livro sobre o mar e trabalhador"

Sou um operário do fundo do mar. Sim, sou mergulhador que atua nas plataformas de petróleo, na Bacia de Campos. Como operário, não intelectual, faça vir ao conhecimento do povo aquilo que sou. Meu objetivo nesta campanha é dizer-lhes que escrevi uma obra apresentando o trabalho do operário com suas lutas reivindicatórias e opressão policial em algumas delas. Falo do transporte horrível, entre Rio e São Paulo. Apresento a vida de mergulhador em suas condições de trabalho, no esporte e também dentro da vida religiosa e prestando todo o apoio tra-

tando da vida humana, construindo a pátria com seu esforço e mão-de-obra. Também estou preparando outra obra de poesia. Nela falo da Nova República, da luta de classes, do custo de vida, enfim, digo que o poeta é uma pessoa que sonha acordada, ao apresentar seus versos.

Leio a Tribuna Operária, porque este jornal me instrui, me encoraja, me faz ficar sabendo do que preciso saber como vida de mergulhador em suas condições de trabalho, no esporte e também dentro da vida religiosa e prestando todo o apoio tra-

Fundação Manócio Grabis



Rio Grande do Sul desafia o Império

A Guerra dos Farrapos, movimento revolucionário separatista gaúcho que lutou contra as forças do Império e conseguiu manter a Independência e a República por nove anos, está comemorando 150 anos neste 20 de setembro. Pelos ideais que defendeu, pelas alianças que efetivou, pela determinação de levar a luta até o fim, esse momento maior da história do Rio Grande do Sul encerra lições de grande atualidade.

O marco inicial da revolução foi a tomada de Porto Alegre e deposição do governador Antônio Rodrigues Fernandes Braga, em 20 de setembro de 1835, por forças liberais comandadas pelo caudilho da fronteira Bento Gonçalves da Silva. Os Farrapos ainda apoiavam a monarquia e a "integridade do Império".

Contudo, o movimento foi radicalizando-se e, em setembro de 1836, o chefe farroupilha Antônio de Sousa Neto proclamava a Independência e a República, instalada em novembro na vila de Piratini. Dos 14 municípios gaúchos, apenas Rio Grande, Vila de São José do Norte e Porto Alegre (retromada pelos legalistas) achavam-se em poder do Império. Os rebeldes controlavam todo o interior, enquanto o litoral e algumas regiões sem importância da Serra continuavam nas mãos dos legalistas.

Os Farrapos procuraram expandir a República a outras províncias do império e, em 1839, forças militares Farrapos comandadas por Giuseppe Garibaldi e Davi Canabarro ocuparam Santa Catarina onde, com o apoio de republicanos locais, instalaram a República Juliana, que teve contido duração efêmera. Além disso, as atividades militares Farrapos chegaram até Ponta Grossa, no atual Paraná.

CONSTITUINTE FARROUPILHA

Em julho de 1842, para consolidar sua República, o governo Farrapo convocou uma Assembleia Constituinte, instalada em dezembro, com 36 deputados e 12 suplentes, na vila do Alegrete. Entretanto os Farrapos estavam debilitados por dissensões entre moderados, que queriam a paz com o Império, e radicais que pretendiam uma vitória militar.



O brasão da República gaúcha

Em 1842 Caxias foi nomeado governador do Rio Grande do Sul pelo Imperador - seu objetivo era "pacificar" a província, usando meios militares, políticos e diplomáticos. Levou inclusive 300 contos de réis, quantia muito alta para a época, para aplinar "obstáculos econômicos" nas negociações com os caudilhos gaúchos.

Caxias explorou habilmente a divisão entre os republicanos, e cedo iniciou acordos secretos com alguns chefes Farrapos, para obter a paz. Em 1844, Caxias e Bento Gonçalves da Silva, chefe maior dos Farrapos, encontraram-se em Bajé, para iniciar as negociações que levaram, em março de 1845, ao tratado de paz que acabou com a guerra, com a Independência e com a República, embora em condições extremamente honrosas e vantajosas para os Farrapos.

LIBERALISMO GAÚCHO

A insatisfação gaúcha, que culminou na revolução de 1835, tinha raízes antigas. A independência, em 1822, já os havia frustrado, pois a província permanecia dependente do Rio de Janeiro. Essa insatisfação agravou-se, principalmente na década de 1830, quando o Império tomou medidas que acentuaram a centralização e a dependência das províncias em relação ao governo do Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Sul os liberais estavam divididos em duas correntes. Havia os herdeiros das tradições revolucionárias de 1831, que pretendiam uma república federalista no Brasil. A outra corrente era formada por uma importante facção de conspiradores separatistas republicanos, cujo plano era a independência do Rio Grande do Sul.

Contudo o liberalismo gaúcho tinha limites precisos, assinalados pelos interesses das classes dominantes provinciais, e seu programa democrático não ultrapassava esses limites. Um jornalista expressou esse espírito com clareza, quando escreveu em *Sentinela da Liberdade* (em 22 de outubro de 1833): "Sou liberal, é verdade, mas não um nivelador".

O descontentamento dessas correntes em relação ao Império tinha outras razões. As medidas econômicas do Império eram extremamente lesivas aos interesses provinciais. Nas guerras de 1825-1828, quando o Uruguai declarou-se independente, o governo imperial endividou-se fortemente na província, e desde então soldados, comerciantes e estancieiros do Rio Grande esperavam que essas dívidas fossem saldadas. "Quase todos os riograndenses tinham um parente credor da Nação", diz o historiador Spencer Leitman.

Além disso, o governo imperial proibiu a exportação de gado ao Uruguai, ferindo profundamente os interesses dos estancieiros gaúchos. A cobrança e o



A Guerra dos Farrapos mobilizou os gaúchos contra os ditames do Império, e traz importantes lições para a atualidade. Entre seus líderes estava Garibaldi (foto menor)

aumento dos impostos na fronteira, decorrente dessa proibição, foi outro fator de tensão, que avivou os sentimentos autonomistas dos caudilhos da fronteira. "A transferência de grandes quantias da província irritava os riograndenses, que desejavam usar o dinheiro para melhorias internas", diz Spencer Leitman.

MONARQUISTAS GAÚCHOS

Os estancieiros dependiam do livre comércio do gado não só no Rio Grande mas também no Uruguai. O mesmo não ocorria com os charqueadores. A indústria do charque havia se desenvolvido muito nesse período, e o Rio Grande do Sul era o grande abastecedor do Império. Os charqueadores pretendiam manter seu domínio no mercado brasileiro do charque, e participavam do mercado do couro. Por isso, eram beneficiados pela política econômica ditada pelo Rio de Janeiro. Os chefes Farrapos saíram todos da classe dos estancieiros da fronteira, enquanto os charqueadores permaneceram fiéis à monarquia.

PORTA-VOZES DA MONARQUIA

Apesar de não serem "revolucionários sociais empenhados em reestruturar as relações de classe" (Spencer Leitman), os estancieiros gaúchos tiveram em relação às camadas inferiores da sociedade um comportamento que os distinguiu entre as elites brasileiras.

Todas as outras revoluções dirigidas por setores dissidentes das elites esbararam na timidez em mobilizar para a luta as camadas subalternas da sociedade. Preferiram conciliar com o inimigo da véspera a fazer acordos com setores populares e, dessa forma, aprofundar as lutas políticas e promover reformas na estrutura da sociedade.

No Rio Grande, desde o primeiro momento os estancieiros apresentaram-se como os porta-vozes das reivindicações políticas e econômicas de toda a província. Convocaram todas as forças gaúchas em defesa da revolução. Seu comportamento em relação aos negros escravizados foi exemplar.

ANTIESCRAVISMO

Com excessão da Revolução dos Alfaiates, na Bahia, "nenhum outro movimento foi tão enfática e ostensivamente antiescravista", afirma Clóvis Moura. E o governo republicano tomou medidas concretas que confirmam esse antiescravismo. Em 1839, decretou que se algum negro a serviço da República aprisionado pelos imperiais fosse açoitado, o comandante da força onde tal negro serviu sortearia entre os prisioneiros um oficial imperial "de qualquer grau", que seria "passado pelas armas".

Além disso, o governo Farrapo comprava centenas de escravos para combater como soldados livres no exército republicano. Exigiam que os compromissos assumidos por esses ex-escravos fossem cumpridos: se o negro libertado pela República se bandeasse para as forças legalistas, seria reconduzido à escravidão, caso fosse aprisionado pelas forças rebeldes.

Finalmente, mesmo na hora final da República, quando negociaram o tratado de paz, os ex-escravos não foram deixados de lado, e os chefes Farrapos fizeram constar uma cláusula que considerava livres os ex-escravos que estivessem a serviço da República.

O tratado de paz é um documento que deixa patente também o domínio que os Farrapos tinham da província e a forma especial com que foram tratados pelo Império. Afinal, as elites gaúchas, autonomistas e orgulhosas disso,



tinham também relações íntimas de amizade e parentesco com representantes eminentes das classes dominantes nacionais. Um dos comandantes Farrapos, João Manuel de Lima e Silva, morreu em combate em 1837, defendendo a República que seu sobrinho, Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, subjugaria anos mais tarde.

Esses laços entre elites, e o fato de terem conseguido manter intocada a estrutura social gaúcha durante seu domínio, é que tornaram possível que, ao defrontar-se na mesa de negociação, os chefes imperiais e republicanos pudessem tratar-se como iguais. O acordo de paz de 1845 é a melhor prova disso. Os Farrapos indicaram o governador da província; as dívidas da República foram assumidas pelo governo imperial; os oficiais republicanos foram integrados ao Exército brasileiro no mesmo posto; e os ex-escravos que serviram na República foram declarados livres. A República e a Independência tiveram fim, mas o domínio Farrapo sobre o Rio Grande ficou assegurado por esse tratado. (Carlos Henrique)

Quem quiser aprofundar o estudo da Guerra dos Farrapos pode consultar: *A Revolução Farroupilha*, de Walter Spalding; *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos*, de Spencer Leitman; *História da grande revolução: o ciclo farroupilha no Brasil*, de Alfredo Varela.

Cinema Novo comemora 30 anos repensando sua obra

O movimento Cinema Novo completa, em 1985, 30 anos de existência. Para comemorar e rediscutir sua importância na cultura brasileira dos últimos anos, o SESC, a Embrafilme, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, a Cinemateca Brasileira e a Fundação Nacional Pró-Memória prepararam uma ampla programação com filmes característicos do movimento, debates e painéis em São Paulo, Campinas, Sorocaba, Piracicaba, São José dos Campos, Taubaté, São Carlos,

Ribeirão Preto, Catanduva, São José do Rio Preto, Bauri e Santos.

A mostra inclui os mais importantes filmes produzidos pelo que se convencionou chamar a "patota" do Cinema Novo. Teve apenas uma falha, que é a não exibição do mais importante filme do ciclo e quicá de todo o cinema brasileiro: "Deus e o Diabo na Terra do Sol", de Glauber Rocha, o verdadeiro guru do movimento. Mas exibiu o mais polêmico filme de Glauber. "Terra em Transe", e "Barravento", seu primeiro

longa-metragem. As palestras abordaram os temas: Cinema Novo e Linguagem Cinematográfica, Cinema Novo e Música, e Cinema Novo e Literatura.

O mais rico debate, até pela importância dos convidados, foi o primeiro, sobre Cinema Novo e Linguagem Cinematográfica, com Ignácio Araújo, crítico da *Folha de São Paulo* e Jean Claude Bernadet.

Jean Claude formalizou no debate sua tese de que o Cinema Novo foi um movimento carioca, de cineastas vin-

dos de várias partes do país (como Glauber, da Bahia, e Nelson Pereira dos Santos, de São Paulo).

Progressista e democrático no início, inclusive por sua vinculação com o Centro Popular de Cultura da UNE, o Cinema Novo realmente abordou temas até então distantes do cinema brasileiro, como a saga do homem do campo em busca de sua libertação e independência, as inquietações políticas das massas urbanas e da intelectualidade. (Luiz Aparecido)

ARE PAU BRASIL
ESPACO ALTERNATIVO

RUA VERGUEIRO, 923 - PARAÍSO - SP
(FRENTE AO CENTRO CULTURAL SP)
FONE: 279-0147 - CEP 01504
SEG. A SAB. 10 AS 23 HS.
DOM. 16 AS 23 HS.

Tribuna Operária

- Endereço:** Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.
- ALAGOAS - Arapiraca:** Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
- AMAZONAS - Manaus:** Rua Simom Bolivar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
- BAHIA - Camaçari:** Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Independência, 27 - Centro - CEP 40000. Símeles Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.
- DISTRITO FEDERAL - Brasília:** Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 73032.
- CEARÁ - Fortaleza:** Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
- ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim:** Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300.
- Vitória:** Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
- GOIÁS - Goiânia:** Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
- MARANHÃO - São Luís:** Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
- MATO GROSSO - Cuiabá:** Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
- MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande:** Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
- MINAS GERAIS - Belo Horizonte:** Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
- PARÁ - Belém:** Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
- PARAÍBA - João Pessoa:** Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Calçadão - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100.
- PARANÁ - Curitiba:** Rua Tibagi, 428, Fone: 234-7484, CEP 80000. Londrina: Rua Scripke, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
- PIAUI - Teresina:** Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
- PERNAMBUCO - Cabo:** Rua Vígrio Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.
- RIO GRANDE DO NORTE - Natal:** Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. - CEP 59000.
- RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre:** Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Andradinha, 1589, sala 403 - CEP 96000.
- 96100. Cachoeirinha:** Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Victorino, 746-A - CEP 96200. IJUI: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s/ 23, 2º andar.
- RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro:** Rua Evaristo da Veiga, 16, sala 504 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.
- SANTA CATARINA - Florianópolis:** Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
- SÃO PAULO - Americana:** Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravira, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
- SERGIPE - Aracaju:** Av. Rio Branco, Edifício Oviado Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore com a Campanha Nova República da T.O.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cr\$ 120.000
 Anual popular (52 edições) Cr\$ 60.000
 Semestral (26 edições) Cr\$ 60.000
 Semestral popular (26 edições) Cr\$ 30.000
 Trimestral (13 edições) Cr\$ 15.000
 Anual para o exterior(em dólares) US\$ 70

Nome:
 Endereço:
 Bairro:
 Cidade: CEP:
 Estado:
 Profissão:
 Data:

CDM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

A greve dos operários da Rheen

Os operários da Rheen Metalúrgica S/A, no bairro paulista de Santo Amaro, São Paulo, andaram em evidência nos últimos dias, acusados de agressão aos juizes do TRT. A *Tribuna Operária* acompanhou o movimento, esteve com os trabalhadores, podendo observar que a versão divulgada pela imprensa é abertamente tendenciosa. Pesa, pelo contrário, forte suspeita de que os proprietários da Rheen são os responsáveis pela provocação. A greve acabou dia 11, prevalecendo a arrogância dos patrões, que, além de não atenderem às reivindicações trabalhistas, demitiram 160 grevistas.

Foi a primeira vez que os metalúrgicos da Rheen fizeram greve. Suas principais reivindicações eram modestas: equiparação salarial e classificação em Carteira. Direitos, aliás, já reconhecidos e teoricamente assegurados pela legislação trabalhista vigente.

De acordo com um operário de 22 anos, solteiro, empregado há dois anos e meio na empresa, "a diferenciação dos salários entre os que trabalham na mesma função é enorme. A grande maioria é ajudante, que ganha entre Cr\$ 500 mil e Cr\$ 1 milhão. Eu mesmo ganho Cr\$ 700 mil por mês, mas há quem ganhe menos e há quem ganhe mais".

Embora contratados como ajudantes, na realidade os operários prestam serviços qualificados, de operadores de máquina e até mesmo de mecânicos. "Aqui", assegurou um outro metalúrgico da empresa, "ninguém faz trabalho de ajudante. Todos somos obrigados a operar máquinas. Eu já fiz até trabalho de mecânico, como muitos outros".

Os proprietários da Rheen prometeram que essas irregularidades seriam corrigidas, ao menos parcialmente. Já no reajuste trimestral de agosto, a equiparação salarial seria concedida. Contudo, os patrões trataram de agravar o problema. O salário dos ajudantes foi corrigido em apenas 20%, contra 40% dados aos mecânicos, que constituem uma mi-

ria. O principal objetivo foi dividir a categoria dentro da fábrica.

O resultado imediato foi o crescimento da revolta, já grande em função da superexploração (veja matéria abaixo). Apesar da debilidade no nível de organização (não há Comissão de Fábrica e a CIPA é controlada pela empresa), a greve estourou como uma resposta espontânea "ao desaforo dos patrões".

Capoeiristas e policiais provocam os operários

Os proprietários da Rheen já esperavam por isto e haviam se preparado para responder ao movimento grevista, provocando e intimidando os operários. Cinco dias antes da paralisação, eles contrataram 15 capoeiristas, "leões de chácara" que, segundo os metalúrgicos, "ficaram o tempo todo dentro da fábrica nos humilhando e provocando para arranjar confusão. Tivemos de agüentar o diabo e engolir calados as chantagens que eles fizeram a mando dos patrões".

O pátio da empresa foi ocupado pacificamente durante os

três primeiros dias de greve pelos trabalhadores. E os donos da Rheen não deixaram por menos. De imediato, "cortaram o banheiro e a água para obrigar a gente a sair", conta um operário.

Além disso, mais de seis viaturas policiais, requisitadas pela empresa sob o pretexto de que "o patrimônio" estava sendo ameaçado, "permaneceram durante todo o período no pátio e do lado de fora".

Quanto aos capoeiristas, durante o período da ocupação "passaram a fazer todo o tipo de provocação. Furaram pneus de automóveis particulares e colocaram a culpa nos operários", contou um trabalhador. "Eu mesmo", disse, "fui acusado por eles e levado pelos policiais junto com dois outros grevistas, para uma Delegacia do Ibirapuera, onde anotaram nossos nomes".

"Os policiais", afirmou ainda, "ficavam engatilhando revólveres no pátio da empresa, indagando quem seria o primeiro homem a receber um tiro ali. Distribuíram pancadas de cassetete e nós tivemos de suportar tudo isto. Apesar de tudo, ninguém respondeu às provocações".

A empresa manteve todo o tempo esta atitude de arrogância e intolerância. O Sindicato dos Metalúrgicos tentou por várias formas negociar uma solução. Em vão. Mesmo uma tentativa de conciliação através da Delegacia Regional do Trabalho não teve sucesso. Em notas e declarações à imprensa, os proprietários da Rheen buscaram negar até mesmo a existência da greve, argumentando que "apenas uma parcela reduzida de trabalhadores aderiu ao movimento".

Mais de 150 metalúrgicos realizaram uma passeata, dia 3, até o Palácio dos Bandeirantes, para reivindicar a retirada dos policiais de dentro da fábrica e denunciar as provocações



Presença permanente das forças policiais na empresa. Provocação de toda ordem contra os trabalhadores.

patrocinadas pela empresa. Os grevistas estavam sendo coagidos para retornar ao trabalho, inclusive em suas próprias casas. Sofreram ameaças de demissão e represálias, "além das pancadas dos policiais".

Patrão pode ter causado o tumulto no Tribunal

Em função de todos esses episódios, pesa sobre a empresa também a suspeita de que tenha provocado o incidente ocorrido

durante o julgamento da greve pelo Tribunal Regional do Trabalho, dia 4. A sessão do TRT foi interrompida às 16 horas, depois que o movimento foi declarado ilegal, e algumas pessoas que acompanhavam o julgamento (assistido por cerca de 300 trabalhadores) começaram a atirar ovos e objetos contra os juizes, inclusive ovos podres.

Há fortes indícios de que o incidente tenha sido mais uma provocação maquinada pelos empresários da Rheen. "A bagunça teve início de repente e ninguém viu quem lançou os ovos. Eu creio que nenhum operário levaria ovos para o Tribunal. Com qual objetivo? Não ia ajudar nada a nossa luta", declarou um operário da Rheen. No mesmo sentido, um

outro trabalhador da empresa disse: "Isto foi feito para prejudicar a gente, para nos desmoralizar e foi para este fim que acabou servindo. Eu não concordei nem concordo com este tipo de coisas".

Entre os operários, por sinal, não há ninguém que justifique ou aprove o episódio. Embora todos reconheçam que "o clima era e continua sendo de revolta" e mesmo que "naquele momento, na TRT, alguns tenham cedido à provocação", a convicção predominante é de que o incidente foi mais uma manobra da empresa, possivelmente até obra dos capoeiristas que ela contratou "para ativar o ânimo dos trabalhadores antes mesmo da greve".

Imprensa encobre superexploração da empresa

A imprensa burguesa, sem se preocupar em apurar os fatos ou esperar o resultado das investigações policiais em curso, apressou-se em divulgar a versão de que os operários da Rheen haviam agredido "barbaramente" os juizes do Tribunal Regional do Trabalho. E não disse uma palavra sobre a brutal exploração da Rheen sobre os operários.

O jornal "O Estado de São Paulo", raivoso porta-voz do

imperialismo ianque, logo reconheceu as atitudes atribuídas aos metalúrgicos como "fascistas". Os articulistas da "Folha de São Paulo" não ficaram atrás. Com igual ligeireza, observaram as semelhanças entre os trabalhadores e os torturadores criados pelo regime militar. "Tudo igual ao DOL-CODI", vaticinou Walter Ceneviva, da equipe "FSP".

No entanto, ainda que apresentando versões duvidosas

sob a forma de verdades incontestáveis, esses órgãos reivindicam a posse da seriedade, objetividade e outras grandes virtudes do jornalismo. Certamente por discuido, esqueceram-se de mostrar o sofrimento de que são vítimas os trabalhadores.

A Rheen Metalúrgica S/A, que produz embalagens metalúrgicas, é um exemplo clássico da repugnante super-exploração capitalista. Ali, o desprezo pelos trabalhadores é absoluto, os mais elementares direitos trabalhistas são espezinhados, a arrogância patronal impõe-se a todo momento.

No ano passado a empresa chegou a contar com um quadro de 1.300 operários, quantidade que foi gradualmente reduzida. Atualmente, conforme os trabalhadores, existem "entre 700 a 900 empregados apenas". A política de demissão massiva foi usada para aviltar os preços da mão-de-obra. Utilizando-se da abundante oferta de força de trabalho no mercado, decorrente do alto nível de desemprego, a empresa passou a demitir "todos os que ganhavam mais, principalmente entre os ajudantes", conforme os operários.

Trabalho mais intenso e salário depreciado

Também contratava, a preços mais baixos e em menor proporção. Os que recebiam mais foram gradualmente para o olho da rua. Mas, além da depreciação dos salários, a empresa utilizou uma forma ainda um pouco mais cruel para melhorar seus rendimentos.

Embora tenha reduzido o número de empregados, a produção continuou no mesmo ritmo. Toda a capacidade instalada da empresa é utilizada plenamente, com as mesmas máquinas. Para chegar ao milagre de fazer um número

expressivamente menor de operários produzir a mesma quantidade de mercadorias do período em que empregava mais, a empresa elevou a intensidade a um grau que os trabalhadores definem como "desumano e insuportável".

Dizem os operários que "na época em que a empresa não havia iniciado as demissões, existiam três trabalhadores para operar uma prensa e uma borracheira. Hoje, é apenas um que tem de fazer a mesma coisa. E ninguém pode fazer a menor reclamação, caso contrário é demitido". E um dos trabalhadores da Rheen comenta: "Todo mundo tem medo de ser mandado embora. Eu mesmo fui para a máquina 107, era difícil, mas tive de aceitar. Tenho um companheiro que havia me dito, cheio de marra: 'Pois se me mandarem eu não vou'. Não passou dois dias e ele estava lá. Fazer o quê? Lá fora tá cheio de gente querendo trabalhar, aceita qualquer trabalho e qualquer salário".

A contrapartida deste elevado nível de produtividade é o aumento da repressão e vigilância sobre os trabalhadores. "Lá", afirmam, "não podemos nem ir ao banheiro. Ai de quem parar uma máquina para ir até o banheiro! A fiscalização é grande, os encarregados estão sempre em cima. Até mesmo o café nós temos de tomar com a máquina ligada".

Há ainda outras consequências. Crescem os casos de acidente. Calcula-se que na Rheen pelo menos 10% dos operários possuem alguns dedos, o braço ou qualquer parte do corpo mutilada, não só porque é grande a intensidade do trabalho.

A empresa, que contrata como servente os operadores de máquina (e eis uma outra brilhante forma de burlar a legislação, aumentar a exploração e obter mais lucros), não raras vezes força os novos trabalhadores a realizarem serviços para os quais não possuem habilitação. No caso de Aníbal Soares, ajudante aprendiz, 35 anos, casado, dois filhos, um aluguel de Cr\$ 200 mil e um belo salário de Cr\$ 700 mil mensais que mora em Pirapó-

nia "e ainda pago condução, água e luz".

Pois Ladeira, classificado em carteira como ajudante, a exemplo de quase todos os seus colegas, conta que já perdeu vários dedos na máquina: "Pois é assim. A empresa pega um ajudante novo, põe na prensa, ele não conhece o serviço, tem que aprender na marra e quase sempre perde os dedos. E ainda quando for no fim do dia, se não tiver produzido, leva uma bronca do encarregado. Pode estar mutilado, mas tem que produzir o máximo possível".

"Há poucos dias", lembra um outro operário, "foi um senhor aposentado que perdeu três dedos. Isto já virou rotina aqui. Não tem jeito". Até a greve, os mutilados eram demitidos sem que a empresa se dignasse sequer a pagar a indenização. O acordo que pôs fim à paralisação garante, a partir de agora, estabilidade aos operários acidentados. Isto não quer dizer que os trabalhadores vão deixar de perder dedos.

Desgraça do operário dá grande lucro para patrão

Mas, e a CIPA? Pois é, além de ser um instrumento para melhorar o nível de segurança no trabalho, quando funciona segundo os interesses dos operários, a CIPA pode e deve ser um instrumento de mobilização contra a exploração e os abusos patronais. E é por isto que os proprietários da Rheen tratam de controlar com mãos de ferro as eleições de cipeiros, aproveitando o baixo nível de organização dos trabalhadores na fábrica, usando de represálias e fraudes.

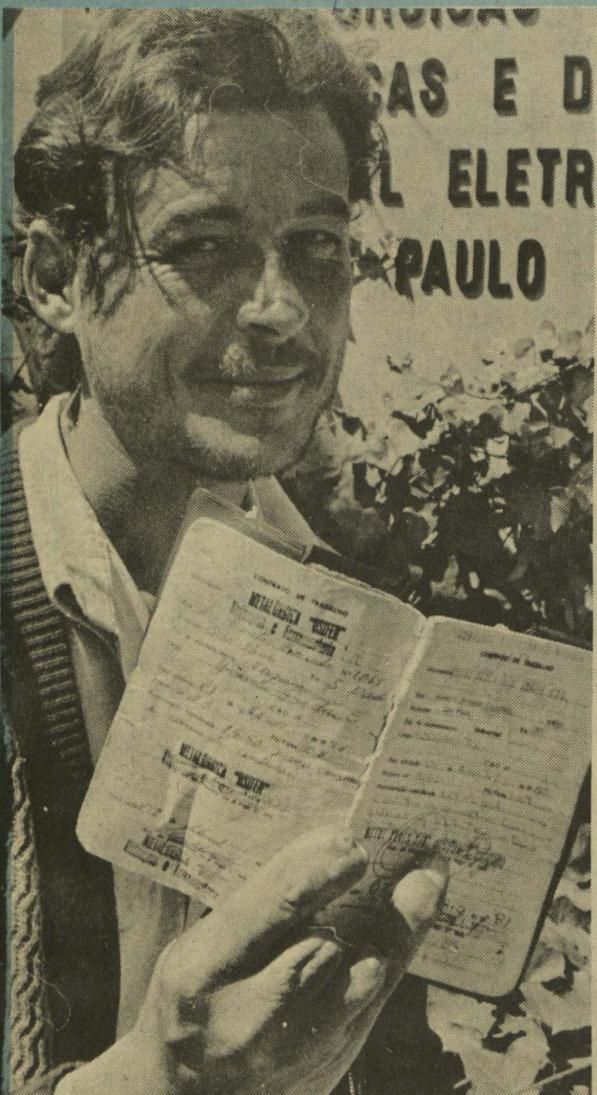
"Os membros da CIPA são escolhidos a dedo pelos donos da empresa e nenhum deles representa os nossos interesses", afirma um grevista. Lembra que, "na última eleição mensal que mora em Pirapó-

patrão dizer que não devíamos votar no mecânico Nilson Atino porque a empresa queria mandar o Nilson embora. Mas todo mundo gostava muito dele e todos nós votamos nele, sem dúvidas ele teve maioria de votos. Mas não foi eleito e foi mandado embora. Houve marmelada na eleição", assegura.

Ainda um outro expediente utilizado pela empresa é a divisão dos operários. "Ela procura jogar os mecânicos contra nós", observou um aprendiz. "Agora, com o aumento maior para eles e, de fato, eles ganham melhores salários, de até Cr\$ 3 milhões. Não que seja grande coisa, mas com isto alguns tomam o lado do patrão. Quase todos os mecânicos furaram a greve. Três deles que, embora trabalhando, tiveram a coragem de prestar solidariedade a nós, foram descobertos e demitidos. Há três mecânicos em greve que também serão dispensados e sabem disto. Estão parados porque sabem que a greve é justa". E as ameaças são constantes: "Os patrões disseram que vão mandar todo mundo embora até o final do ano e contratar outros. Aqui", resume um operário, "ela só explora, só tira o nosso sangue".

Porém, se é tão negro, desumano e nada agradável o quadro para os trabalhadores, são com certeza unicamente essas condições pelas quais a empresa, do ponto de vista da eficiência patronal, vai de vento em popa. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, "em 31 de dezembro do ano passado a empresa (Rheen Metalúrgica S/A) apresentou um faturamento de Cr\$ 247,2 bilhões, o que representa um crescimento de 256,4%, enquanto o lucro líquido declarado no último exercício foi de Cr\$ 8,3 bilhões, com um crescimento de nada menos que 1.188,1% sobre o exercício anterior". Sem dúvidas, um desempenho formidável.

Um resultado que deve ser particularmente encantador para os membros do Comitê de Defesa da Indústria e do Movimento na grande imprensa. (Instituto Maurício Grabois - Inberto Martins)



Ladeira, classificado como ajudante, mutilado por Cr\$ 700 mil